

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	37

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	106
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	107
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	108
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	19.510.051	19.508.380
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	225.210	210.737
1.01.01	Caixa	225.210	210.737
1.01.01.01	Caixa	225.210	210.737
1.02	Ativos Financeiros	18.522.003	18.558.752
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	416.940	420.389
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	416.940	420.389
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	24.585	89.167
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	24.433	89.015
1.02.02.02	Derivativos	152	152
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.080.478	18.049.196
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	551.881	415.165
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.362.010	1.609.906
1.02.04.04	Operações de Crédito	15.522.611	15.344.987
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-571.922	-598.807
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.215.898	1.277.945
1.03	Tributos	387.407	391.840
1.03.03	Outros	387.407	391.840
1.03.03.01	Créditos Tributários	387.407	391.840
1.04	Outros Ativos	17.706	13.959
1.04.03	Outros	17.706	13.959
1.04.03.01	Outros Ativos	19.506	15.759
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	28
1.05.05	Outros Investimentos	28	28
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	28
1.06	Imobilizado	128.846	130.819
1.06.01	Imobilizado de Uso	326.121	324.441
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	326.121	324.441
1.06.03	Depreciação Acumulada	-197.275	-193.622
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-197.275	-193.622
1.07	Intangível	228.851	202.245
1.07.01	Intangíveis	316.253	275.898
1.07.01.01	Intangíveis	316.253	275.898
1.07.03	Amortização Acumulada	-87.402	-73.653
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-87.402	-73.653

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	19.510.051	19.508.380
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	16.651.251	16.739.312
2.02.01	Depósitos	13.611.033	13.264.880
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.162.092	980.092
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.201.342	10.000.689
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	143.699	138.958
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	2.103.900	2.145.141
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	0	420.727
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	0	420.727
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	3.040.175	3.053.667
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	140.836	139.049
2.02.03.03	Emissão de Títulos	2.596.998	2.604.323
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	78.861	81.768
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	223.480	228.527
2.02.04	Outras Captações	43	38
2.03	Provisões	242.918	222.270
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	185.350	162.126
2.03.02	Provisão para Contingências	57.568	60.144
2.05	Outros Passivos	391.694	304.134
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	22.006	24.038
2.05.02	Outras Obrigações	369.688	280.096
2.07	Patrimônio Líquido	2.224.188	2.242.664
2.07.01	Capital Social Realizado	1.881.601	1.881.601
2.07.04	Reservas de Lucros	380.667	380.667
2.07.04.01	Reserva Legal	28.446	28.446
2.07.04.02	Reserva Estatutária	352.221	352.221
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	44.286	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-82.366	-19.604

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	972.549	866.146
3.01.01	Operações de Crédito	871.662	791.500
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	84.242	57.978
3.01.03	Resultado de Operações de Cambio	1.461	3.776
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	15.184	12.892
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-386.896	-333.790
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-381.822	-328.095
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-5.074	-5.695
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	585.653	532.356
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-485.973	-466.351
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-127.699	-138.640
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	62.297	53.441
3.04.03	Despesas com Pessoal	-220.081	-208.069
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-161.959	-149.260
3.04.05	Despesas Tributárias	-35.342	-31.218
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	11.783	21.570
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-14.972	-14.175
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	99.680	66.005
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.656	-136
3.06.01	Corrente	-36.224	-63.516
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-19.843	-24.040
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-16.381	-39.476
3.06.02	Diferido	-7.432	63.380
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	56.024	65.869
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	56.024	65.869
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-11.738	-7.881
3.10.01	Empregados	-9.562	-7.609
3.10.02	Administradores	-2.176	-272
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	44.286	57.988
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	4,6511	6,0902

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	44.286	57.988
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	44.286	57.988
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-62.762	-395
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-65.372	-395
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	2.610	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	-18.476	57.593

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	32.395	121.648
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	173.363	220.832
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	99.680	66.005
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	73.683	154.827
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-140.968	-99.184
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-86.785	-7.460
6.01.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	244.000	-47.478
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	160.654	170.499
6.01.02.04	Operações de Crédito	-347.410	-623.033
6.01.02.05	Outros Créditos	-73.735	-246.901
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-3.747	-2.342
6.01.02.07	Outras Obrigações	111.085	116.216
6.01.02.08	Depósitos	346.154	848.670
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-420.727	-564.112
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e Similares	-7.326	213.970
6.01.02.11	Obrigações por Repasse no País	-3.636	-3.293
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	-4.318	27.725
6.01.02.13	Impostos e Contribuições Pagos	-55.177	18.355
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	26.428	-45.619
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.691	-35.270
6.02.03	Aquisição de Intangível	-40.359	-11.892
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliarios mantidos até o vencimento	68.478	1.543
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	5.581	-215
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	64.404	75.814
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	460.353	220.764
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	524.757	296.578

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.881.601	0	380.667	-19.604	0	0	2.242.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.881.601	0	380.667	-19.604	0	0	2.242.664
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-62.762	44.286	0	-18.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	44.286	0	44.286
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-62.762	0	0	-62.762
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-62.762	0	0	-62.762
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.881.601	0	380.667	-82.366	44.286	0	2.224.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.881.601	0	227.191	0	0	-2.512	2.106.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.881.601	0	227.191	0	0	-2.512	2.106.280
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	59.233	-395	58.838
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	57.988	0	57.988
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.245	-395	850
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.245	0	1.245
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas e Controladas	0	0	0	0	0	-395	-395
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.881.601	0	227.191	0	59.233	-2.907	2.165.118

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	978.450	874.181
7.01.01	Intermediação Financeira	972.549	866.145
7.01.02	Prestação de Serviços	62.297	53.441
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-127.699	-138.640
7.01.04	Outras	71.303	93.235
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-386.896	-333.791
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.008	-137.304
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.841	-6.495
7.03.02	Serviços de Terceiros	-126.195	-116.636
7.03.04	Outros	-14.972	-14.173
7.04	Valor Adicionado Bruto	443.546	403.086
7.05	Retenções	-17.415	-15.012
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.415	-15.012
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	426.131	388.074
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	426.131	388.074
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	426.131	388.074
7.09.01	Pessoal	201.458	186.410
7.09.01.01	Remuneração Direta	147.906	135.178
7.09.01.02	Benefícios	42.356	40.292
7.09.01.03	F.G.T.S.	11.196	10.940
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	168.878	132.558
7.09.02.01	Federais	164.572	128.788
7.09.02.02	Estaduais	3	4
7.09.02.03	Municipais	4.303	3.766
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	11.509	11.118
7.09.03.01	Aluguéis	11.509	11.118
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	44.286	57.988
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.286	57.988

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1T2026



Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

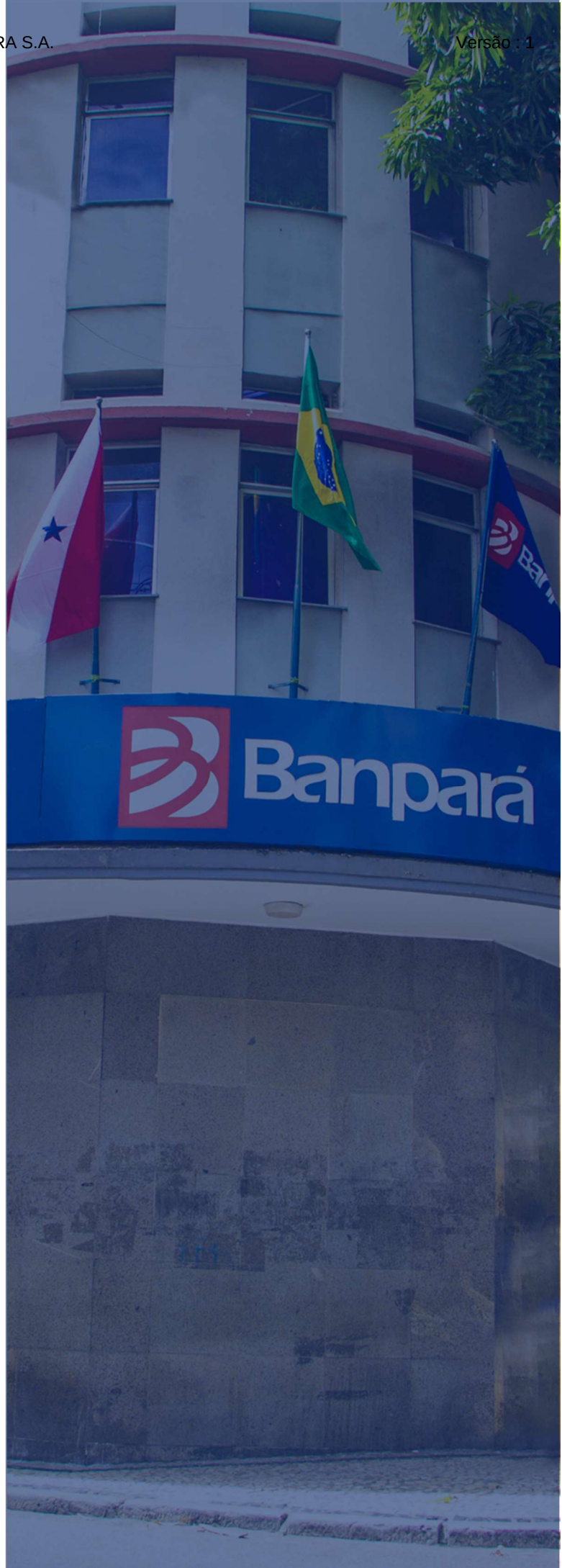
Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, referente aos resultados do 1º trimestre de 2026 – 1T2026, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no *site* ri.banpara.b.br, na seção de Central de Resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Boa leitura!





Comentário do Desempenho

Cenário Econômico

O **cenário econômico internacional** apresentou perspectivas menos otimistas em relação ao crescimento do PIB global de 2026, se comparado ao ano de 2025, quando a economia mundial cresceu 3,40%. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu último relatório *World Economic Outlook* (WEO)¹, publicado em abril de 2026, reviu sua estimativa de crescimento de 2026 para 3,10%. Já para 2027 a estimativa do Fundo é de crescimento de 3,20%.

No **cenário nacional**, dados das Contas Nacionais, divulgados em março de 2026 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 0,10% na passagem do 3T2025 para o 4T2025 (série com ajuste sazonal). Os Serviços e a Agropecuária apresentaram variação positiva de 0,80% e 0,50%, respectivamente. Já a Indústria decresceu 0,70% no mesmo período. Em comparação ao 4T2024, o PIB aumentou 1,80% no 4T2025.

A expectativa do Banco Central do Brasil, publicada no Relatório de política monetária de março, para o crescimento do PIB em 2026 manteve-se em 1,6%, mesmo valor do último relatório publicado em dezembro. De acordo com o Bacen, sob a ótica da oferta, essa estabilidade na projeção anual do PIB repercute diminuição na estimativa da Indústria e aumento nos Serviços e Agropecuária.

No **cenário regional**, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2026 e 2027 apresentou uma recuperação no 1T2026. A Fundação reviu, em abril de 2026, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2026 para 0,54%, ante projeção anterior de -1,63% de janeiro de 2026. Para 2027, a estimativa de crescimento da economia paraense registrou redução, passando de 2,73% para 0,97% no mesmo período. Em linha com a perspectiva da Fundação para 2026, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) de fevereiro de 2026 apresentou crescimento de 4,1% em relação a fevereiro de 2025 (série dessazonalizada).

No tocante à inflação, dados do IBGE de março de 2026 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 3,75%. No mês de março de 2026, esse índice apurado no Estado apresentou variação de 1,31%. Destaque para os grupos Transportes e Despesas pessoais que apresentaram crescimento de 2,74% e 1,14%, respectivamente. Os itens que mais influenciaram a inflação nesses grupos foram, principalmente, Combustíveis (veículos) que apresentou variação de 7,31% e Transporte público, que registrou crescimento de 1,71% em março de 2026.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresentou bom conceito em 2025 junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais do Tesouro Nacional, publicado em fevereiro de 2026 referente a 2025, o Estado apresentou nota “B+” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento). Esse resultado demonstra que o Estado do Pará teve melhora em relação à nota de 2024, que representa boa saúde fiscal junto ao STN.

1 *World Economic Outlook* – relatório sobre perspectivas econômicas mundiais, divulgado pelo FMI.



Comentário do Desempenho

Resultados Financeiros

Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Carteira de Crédito	ROE	ROA	Índice de Eficiência
R\$ 44,29 Mi	R\$ 2,22 Bi	R\$ 15,18 Bi	8,36%	0,95%	73,12%

O Lucro Líquido do 1T2026 atingiu R\$ 44.286 mil, representando uma redução de 12,74% em relação ao 4T2025 e uma redução de 23,63% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, tendo como principal vetor a elevação nas despesas de captação, impactadas pelo cenário de juros elevados.

O Banpará encerrou o 1T2026 com Ativo Total no montante de R\$ 19.510.051 mil, mantendo-se praticamente com o mesmo valor quando comparado com o trimestre anterior e um aumento de 4,26% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Isso se deve principalmente ao crescimento da carteira de crédito, com ênfase nas operações de crédito consignado e imobiliário.

O Patrimônio Líquido no 1T2026 apresentou um montante de R\$ 2,22 bilhões, mantendo-se praticamente com o mesmo valor quando comparado com o trimestre anterior e um aumento de 2,73% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O Banpará apresentou no 1T2026 um lucro com aplicação nos seus ativos de 0,95%. Em relação ao 4T2025 apresentou redução de 0,09 p.p e quando comparado com o mesmo período do ano passado, apresentou redução de 0,97 p.p.

O retorno sobre o patrimônio no 1T2026 foi de 8,36%, apresentando redução de 0,73 p.p e 8,45 p.p em relação ao 4T2025 e 1T2025 respectivamente. Cabe destacar, que este indicador vem apresentando redução, provocada pelo recuo do lucro anualizado.

O índice de eficiência no 1T2026 apresentou uma redução de 1,26 p.p. quando comparado com o 4T2025 e aumento de 6,05 p.p. quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

As despesas com pessoal tiveram um aumento de 3,67% em relação ao trimestre anterior e um aumento de 3,14% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa variação é justificada pelo aumento das despesas com proventos com destaque para salários, gratificação de função e encargos sociais.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 161.959 mil no 1T2026, representando uma diminuição de 2,16% em relação ao trimestre anterior e um aumento de 8,51% em comparação com o 1T2025. Esse aumento está relacionado ao tamanho da instituição e às estratégias de aprimoramento de desempenho, ajustes contratuais, patrocínios esportivos e *marketing* que impulsionou as vendas dos produtos de crédito do Banco.



Comentário do Desempenho

Captações

(em R\$ mil)	1T2026	4T2025	V3M	1T2025	V12M
Depósitos à Vista	1.161.784	980.092	18,54%	1.027.705	13,05%
Depósitos de Poupança	2.103.796	2.145.140	-1,93%	1.973.148	6,62%
Depósitos a Prazo	10.201.342	10.000.689	2,01%	9.707.576	5,09%
Deposito Interfinanceiro - DI	143.699	138.958	3,41%	459.700	-68,74%
Obrigações por Op. Compromissadas	-	420.727	-	735.837	-
Letras Financeiras - LF	1.768.500	1.702.051	3,90%	1.112.323	58,99%
Letra Financeira Subordinada	222.443	214.076	3,91%	-	
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	606.053	688.197	-11,94%	443.857	36,54%
TOTAL	16.207.617	16.289.930	-0,51%	15.460.146	4,83%

No 1T2026, a carteira institucional do Banpará manteve sua estratégia de alocação prudente, conservadora e aderente às exigibilidades regulatórias, sem alterações estruturais relevantes em relação ao 4T2025.

Em termos de saldo, a poupança passou de R\$ 1,97 bilhão no 1T2025 para R\$ 2,10 bilhões no 1T2026, evidenciando evolução positiva no comparativo anual. Já em relação ao 4T2025, quando o saldo foi de R\$ 2,15 bilhões, verificou-se retração no período, correlacionado a sazonalidade típica de início de ano indicando a utilização de recursos do poupador com despesas periódicas como IPTU, matrícula escolar, dentre outras despesas recorrentes.

No que se refere às captações, a estrutura do passivo manteve-se alinhada à estratégia de fortalecimento do *funding* de médio e longo prazo, sem mudanças relevantes nas classes de instrumentos utilizados, preservando-se a diversificação e o alongamento do perfil das obrigações do Banco.

No 1T2026, a atuação da Tesouraria esteve concentrada na execução das diretrizes institucionais, com ênfase no cumprimento de obrigações regulatórias e na otimização das condições de *funding*.

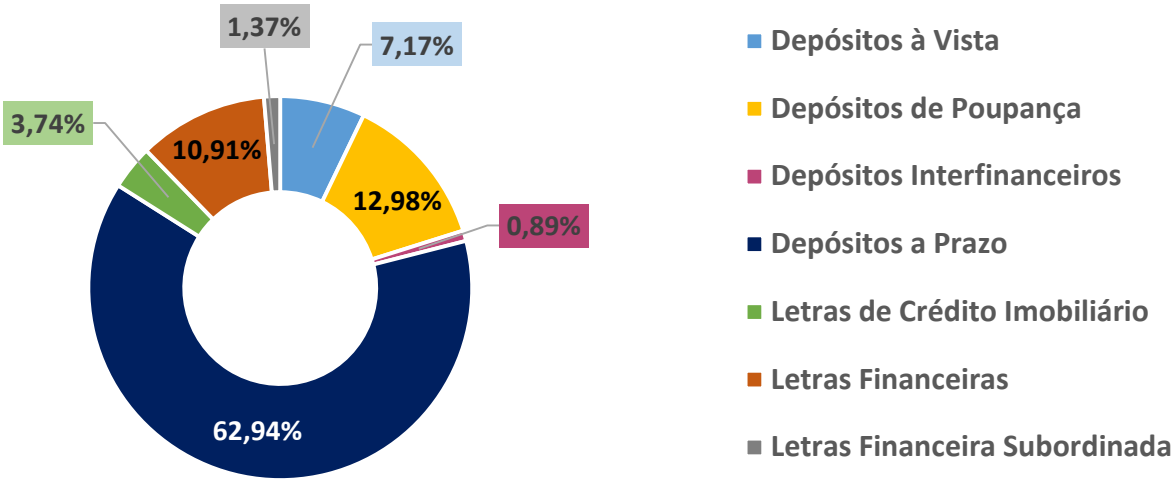
Como principal destaque do período, evidenciam-se as operações realizadas em Depósito Interfinanceiro Rural (DI Rural), no âmbito da linha PRONAF. Apesar do ambiente desafiador observado no mercado, caracterizado pela baixa disponibilidade de contrapartes e reduzida atratividade das taxas, o Banco atuou de forma diligente e coordenada, viabilizando a alocação dos recursos necessários e cumprindo integralmente a exigibilidade de crédito rural do ano-safra 2025/2026.

Destaca-se a manutenção de posição zerada em operações compromissadas na ponta tomadora ao longo do período, refletindo a robusta posição de caixa da Instituição. Esse cenário reduziu a necessidade de captação no mercado interfinanceiro, gerando ganhos de eficiência e contribuindo para a redução do custo de captação da Tesouraria.

Comentário do Desempenho

De forma geral, os resultados observados reforçam a capacidade da área em operar com eficiência, mesmo em ambientes adversos, assegurando o cumprimento regulatório e a adequada gestão de liquidez, sem elevação relevante do risco.

Composição das Captações - 1T2026



Gestão de Capital

Descrição (em R\$ mil)	1T2026	4T2025	V3M	1T2025	V12M
Patrimônio de Referência – PR	2.217.781	2.254.494	-1,63%	1.977.434	12,15%
PR Nível I	1.995.337	2.040.419	-2,21%	1.977.434	0,91%
PR Nível II	222.444	214.075	3,91%	-	-
Índice de Basileia - IB (%)	16,82%	16,66%	0,16p.p.	13,79%	3,03 p.p.
Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA	13.184.176	13.534.415	-2,59%	14.334.957	-8,03%

No 1T2026, o Patrimônio de Referência (PR) totalizou R\$ 2.217.781 mil, mantendo nível compatível com a estrutura de capital da Instituição.

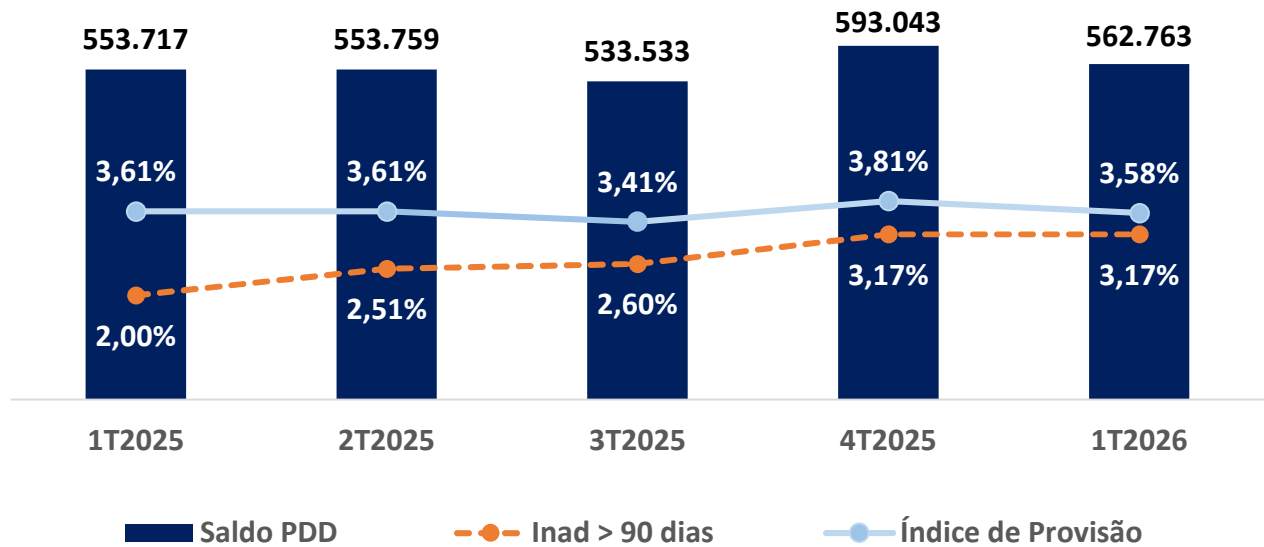
O montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) encerrou o período em R\$ 13.184.176 mil, com redução em relação ao trimestre anterior, influenciada principalmente por ajustes na apuração da parcela de risco operacional.

O Índice de Basileia atingiu 16,82%, permanecendo superior ao mínimo regulatório exigido e evidenciando adequada capacidade de capitalização e solidez patrimonial para suporte às operações do Banco.



Comentário do Desempenho

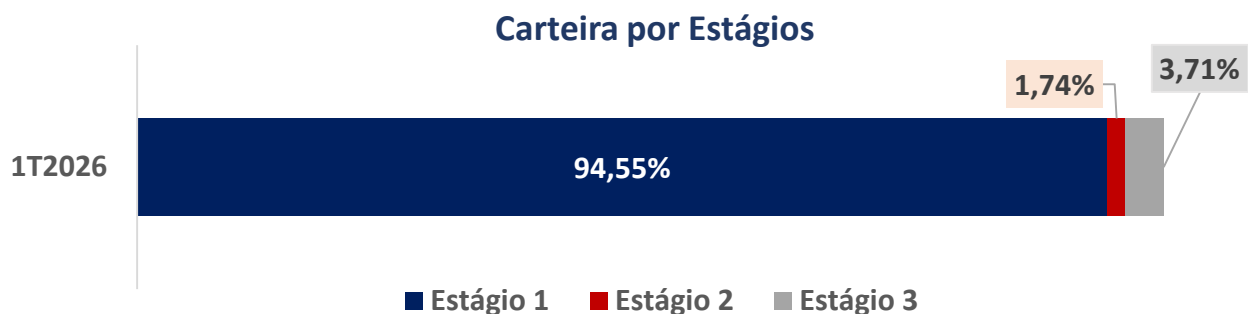
Qualidade da Carteira de Crédito



No 1T2026, a carteira de crédito do Banpará manteve perfil compatível com a estratégia prudencial adotada pela Instituição. O índice de provisão encerrou o período em 3,58%, ante 3,81% no trimestre anterior, refletindo, entre outros fatores, aprimoramentos metodológicos realizados no processo de mensuração das perdas esperadas.

Em relação à distribuição por estágios, a carteira de crédito do Banpará permaneceu com maior participação no Estágio 1. O Estágio 2 apresentou elevação em relação ao trimestre anterior, enquanto o Estágio 3 registrou redução no período.

O índice de inadimplência não apresentou evolução em relação ao trimestre anterior, permanecendo no mesmo patamar, evidenciando estabilidade no comportamento da carteira no período.





Comentário do Desempenho

Carteira de Crédito

Saldo (em R\$ mil)	1T2026	4T2025	V3M	1T2025	V12M
Pessoa Física	14.797.633	14.638.998	1,08%	14.101.748	4,93%
Consignados	11.259.546	11.171.524	0,79%	10.857.560	3,70%
Banparacard	1.189.510	1.212.125	-1,87%	1.223.108	-2,75%
Cheque Especial	13.220	17.921	-26,23%	5.828	126,8%
Cartão de Crédito	238.706	241.558	-1,18%	184.073	29,68%
Sazonais	94.156	4.350	2065%	99.261	-5,14%
Imobiliário	1.285.311	1.264.845	1,62%	1.100.707	16,77%
Rural	91.721	110.246	-16,80%	-	-
Financiamento	82.866	82.683	0,22%	-	-
Outros	542.597	533.746	1,66%	631.212	-14,04%
Pessoa Jurídica	940.395	936.831	0,38%	730.844	28,67%
Cheque Empresarial	2.993	3.156	-5,16%	3.138	-4,62%
Capital de giro	449.363	445.887	0,78%	403.031	11,50%
Imobiliário	206.443	202.905	1,74%	177.928	16,03%
Financiamento	168.764	167.876	0,53%	-	-
Câmbio	80.839	83.998	-3,76%	-	-
Rural	20.181	19.441	3,81%	-	-
Outros	11.812	13.568	-12,94%	146.747	-91,95%
Total	15.738.028	15.575.829	1,04%	14.832.592	6,10%

PESSOA FÍSICA

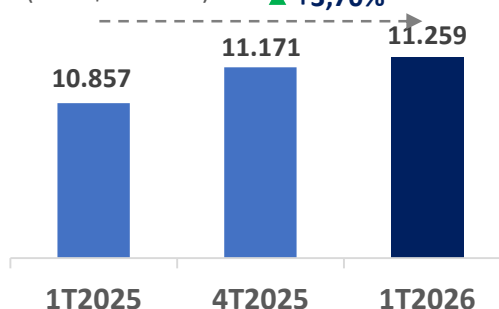
Dentre os produtos ofertados para os clientes Pessoa Física, destaca-se o Crédito Consignado, que se manteve estável no 1T2026, com saldo bruto de R\$ 11,26 bilhões e incremento de R\$ 88 milhões em relação ao 4T2025. No mesmo período do ano passado, o saldo era de R\$ 10,86 bilhões, representando crescimento de 3,70% em relação ao 1T2026. O perfil da carteira de crédito consignado é composto, principalmente, pelo consignado do setor público, este representando 99,86%, enquanto o consignado destinado ao setor privado representa 0,14% da carteira. No tocante ao consignado público, as linhas de crédito SEPLAD e IGPPS, que ofertam consignado aos servidores públicos estaduais, beneficiários (aposentados e pensionistas) do órgão estadual, possuem a maior concentração de saldo, representando 83,42% do total da carteira.

Em relação ao produto Banparacard, observou-se uma variação positiva na receita da carteira que gerou o incremento de R\$ 12,2 milhões no comparativo ao trimestre de 2025. O resultado consolida pelo segundo trimestre consecutivo o comportamento de aumento na receita total.

Saldo - Crédito Consignado

(em R\$ milhões)

▲ +3,70%



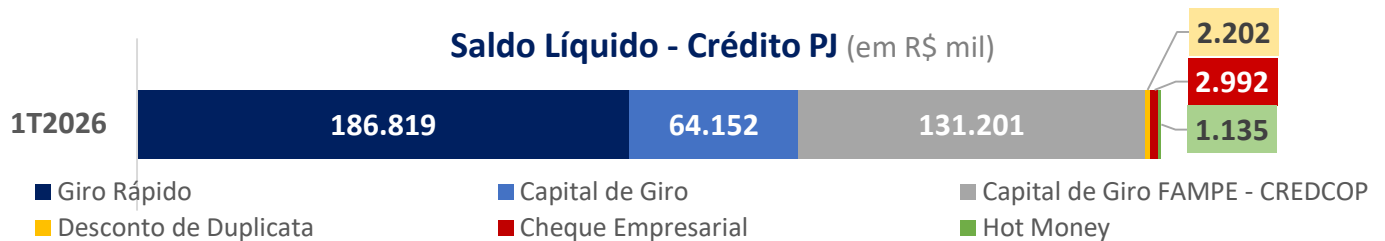


Comentário do Desempenho

Com relação aos outros produtos da carteira PF, o Produto Sazonal, com o início da Campanha Banpará Volta às Aulas apresentou no 1T2026 a receita acumulada de 9,50 milhões com aumento de 13,65% em comparação ao mesmo período em 2025, já o Cheque Especial, apresentou no 1T2026 saldo de 13,22 milhões, logo um aumento de 55,91% em relação ao 1T2025, já em receita de **181,45%** em relação ao 1T2025.

PESSOA JURÍDICA

No 1T2026 a Carteira de Pessoa Jurídica apresentou o saldo bruto de R\$ 940 milhões, incremento de R\$ 3,5 mil quando comparado ao 4T2025, já em relação ao 1T2025 houve um aumento de 28,67%, considerando o saldo de R\$ 730 milhões.



O produto Capital de Giro FAMPE (CREDCOP SEBRAE BANPARÁ) destacou-se no 1T2026. O saldo do produto atingiu o valor de R\$ 131,20 milhões, representando um aumento de 4% em relação ao trimestre anterior, que encerrou o período com o saldo de R\$ 126,47 milhões. Essas operações, amparadas pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), em parceria com o SEBRAE, têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de microempreendedores (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), por meio de condições de crédito mais atrativas, incluindo taxas de juros reduzidas e mecanismos diferenciados de concessão voltados ao empreendedorismo feminino.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

R\$ 1,49 bilhão

Saldo da carteira em 2026,
oriundo das linhas PF e PJ.

0,35%

Índice de Inadimplência
no 1T2026.

71,21%

Dos contratos alcançaram
os servidores públicos.

No 1T2026, o Crédito Imobiliário alcançou um saldo acumulado de R\$ 1,49 bilhão, representando um crescimento de 17% em relação ao ano anterior e 2% em relação ao 4T2025. Somente no 1T2026, o volume contratado em crédito imobiliário foi de R\$ 23,59 milhões. Em relação ao 4T2026, houve um incremento de 7% na receita para o 1T2026. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, a Receita Total da carteira cresceu 25%, alcançando 39.87 milhões ao final do período.



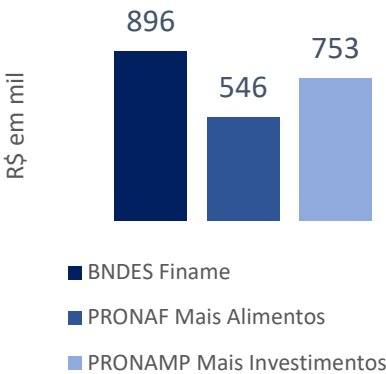
Comentário do Desempenho

Por meio dos produtos de crédito imobiliário destinados à Pessoa Jurídica o Banco contribui para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento social, tendo em vista que o financiamento é apenas realizado se atenderem os critérios socioambientais, atendimento de exigências de licenças, certificações específicas, dentre outros. Além disso, os projetos financiados pelo Banpará geram empregos e impulsionam o desenvolvimento urbano sustentável, com desenvolvimento social e econômico do Estado do Pará, cumprindo uma das missões do Banpará.

CRÉDITO DE FOMENTO

O Banco adota critérios sociais e ambientais na concessão de crédito de forma sistemática, em conformidade com as diretrizes socioambientais estabelecidas nos normativos internos e na regulamentação vigente. Dentre os critérios, podemos destacar a verificação da regularidade ambiental dos empreendimentos, verificação da regularidade da localização e sobreposição dos empreendimentos, avaliação da conformidade com a legislação ambiental e com as normas do Manual de Crédito Rural (MCR), verificação da regularidade do proponente no cadastro de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à de escravo, análise do impacto socioeconômico dos projetos financiados, priorizando atividades geradoras de emprego, renda e desenvolvimento regional e a observância das políticas internas de responsabilidade socioambiental da Instituição.

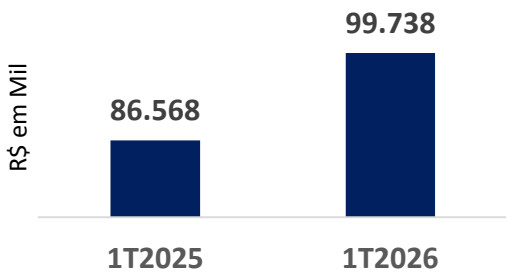
Volume de Contratações - 1T2026



MICROCRÉDITO URBANO

O Microcrédito Urbano foi o principal destaque do período, com aumento do saldo em relação ao primeiro trimestre do ano anterior (+15,21%) e fortalecimento do relacionamento do Banco com os microempreendedores. Vale ressaltar que o produto contribui diretamente para o desenvolvimento socioambiental do Estado ao promover a inclusão financeira de públicos historicamente excluídos do sistema bancário, estimulando a geração de renda e o fortalecimento da economia regional de forma sustentável e inclusiva.

Crescimento do Saldo: Microcrédito Urbano 1T2026



VEÍCULOS SUSTENTÁVEIS

No 1T2026, o Banpará expandiu a linha de Financiamento de Veículos Sustentáveis para Pessoa Física, integrando veículos eficientes da Categoria A do PBEV (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) e motocicletas elétricas ao seu portfólio. Essa estratégia visou aumentar a aderência ao mercado e promover a mobilidade sustentável e econômica, especialmente em regiões onde esses modais são essenciais, consolidando o papel do Banco na transição energética e na inclusão financeira.

Comentário do Desempenho

Paralelamente, a campanha institucional "Empodera — Mês das Mulheres" impulsionou significativamente a linha de microcrédito voltada ao empreendedorismo feminino através da isenção da Taxa de Abertura de Crédito, resultando na duplicação do volume e do valor dos contratos em março. Esse movimento gerou um efeito multiplicador em todo o portfólio de microcrédito, garantindo um incremento real na receita e a preservação da margem financeira, apesar da renúncia fiscal pontual, reafirmando a eficiência do direcionamento comercial para o crescimento global da carteira.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As linhas de crédito de fomento operacionalizadas ao longo do 1T2026 alcançaram excelentes resultados:

Microcrédito Urbano*	1.568 Operações no 1T2026. - R\$ 99,74 milhões de saldo acumulado no 1T2026.
Energia Solar (PF e PJ)	183 Operações efetivadas no 1T2026. - R\$ 83,62 milhões de saldo acumulado no 1T2026.
Microcrédito Banpará-Bio	26 Operações efetivadas em 1T2026. - R\$ 34,13 milhões de saldo acumulado em 2025.
Veículos Sustentáveis	- Efetivação de 10 operações. - R\$ 1,15 milhão de saldo acumulado no 1T2026.

* Estão contemplados na categoria Microcrédito Urbano os seguintes produtos: Banpará Comunidade. Banpará Comunidade Mototaxista, Banpará Comunidade Taxista, Empodera, CredTurismo / CredTemporada, Qualifica Pará e Jovem Empreendedor.

Rede de Atendimento



No 1T2026, foram lançados os programas de capacitação e desenvolvimento contínuo voltados a todos os colaboradores, com foco especial em *Open Finance*, Acultramento do Banpará, com fortalecimento e conscientização da segurança da informação no Banpará e Normativo SARB_14. As iniciativas abrangeram treinamentos virtuais para todas as equipes, assim como ações externas promovidas externas promovidas pelo Banco em órgãos públicos e privados para aproximação



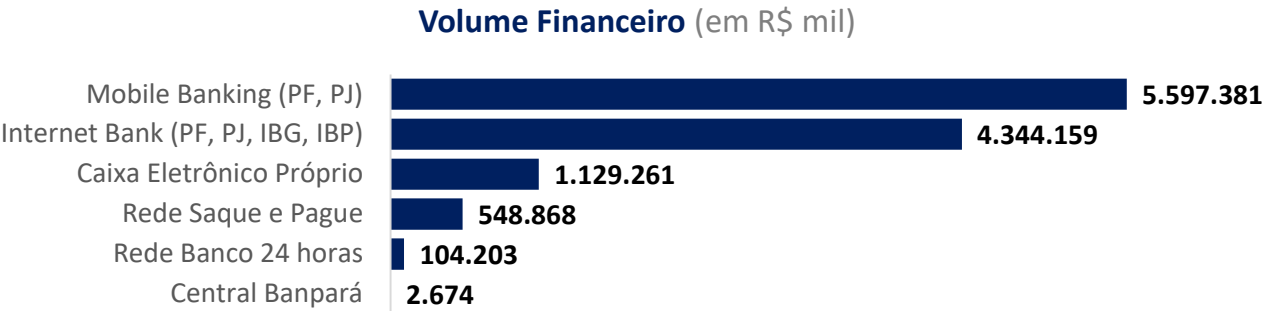
Comentário do Desempenho

de forma eficiente do banco ao cliente e participação em eventos em diversos municípios do Estado do Pará.

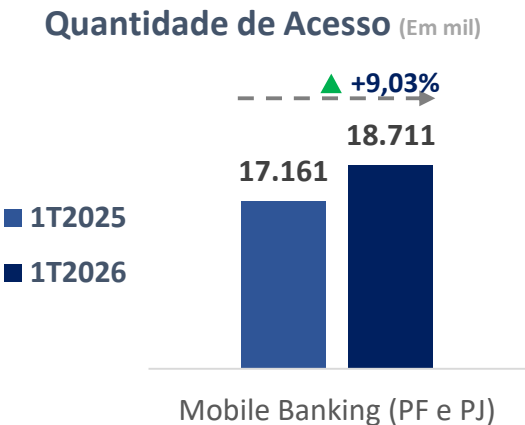
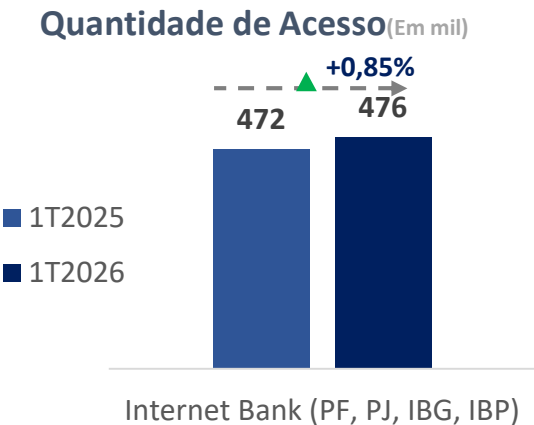
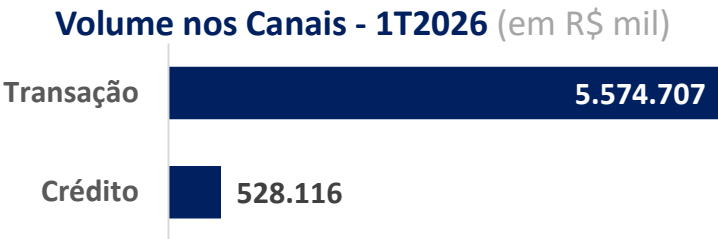
Canais Eletrônicos

No 1T2026, o Banpará expandiu a habilitação de dispositivos na Rede Banco24Horas e realizou a habilitação de novos Cartões. Neste período também modernizou as telas do Banpará vinculada à Rede Banco24Horas e evoluiu nas tratativas para expansão do cadastramento da senha de internet e ativação do cartão Múltiplo.

Os Canais Eletrônicos do Banpará alcançaram, ao final 1T2026, o volume financeiro transacionado de R\$ 11,73 bilhões. Na comparação com o 1T2025 (10,87 bi), observou-se um aumento de 07,89%.



No 1T2026, o volume transacional e de crédito nos Canais alcançou um total de R\$ 5,57 bilhões e R\$ 528,12 milhões, respectivamente.





Comentário do Desempenho

Assistente Virtual (IVI) e Atendimento ao Cliente

Durante o 1T2026, a Assistente Virtual do Banpará (IVI) realizou um total de 26.687 atendimentos. Desse volume, 16.554 atendimentos foram realizados por meio do *Web Chat* e 10.133 atendimentos ocorreram via *WhatsApp*, canal lançado no início de fevereiro de 2026, ampliando a presença digital do Banco e oferecendo maior conveniência e acessibilidade aos clientes. Entre as interações registradas no *WhatsApp*, destacam-se 402 consultas de saldo, funcionalidade que reforça a utilização do canal para demandas transacionais de rápida resolução.



Parcerias

No 1T2026, não foram estabelecidas novas parcerias comerciais pelo Banpará. As operações permaneceram concentradas nos parceiros já consolidados, com destaque para a Icatu (capitalização), EZZE Seguros (seguros) e Porto Consórcio (consórcios). O período foi marcado por maior eficiência na atuação sobre a base existente, com destaque para o crescimento relevante em capitalização e aumento de rentabilidade nas operações de consórcio, indicando melhor aproveitamento das parcerias já estabelecidas.

No período, destaca-se a inclusão do produto “**Bolsa Protegida**”, em parceria com a EZZE Seguros, cuja comercialização teve início em 27 de março de 2026. Por ter sido lançado no final do trimestre, o impacto nos resultados do período ainda é incipiente.

No que tange o Banparapay, houve uma ruptura nas vendas, em função da liquidação extrajudicial imposta pelo regulador Banco Central à Entrepay IP, empresa que disponibilizava toda a estrutura tecnológica para o funcionamento da aquisição do Banpará. Neste momento, o Banco aguarda a conclusão do levantamento da massa liquidante para que possa prosseguir com o arranjo.

SEGUROS

No 1T2026, a carteira de seguros apresentou desempenho estável, com faturamento de R\$ 14,2 milhões e comissão de R\$ 4,9 milhões. Na comparação com o 4T2025, observou-se leve retração no curto prazo (-5,1% em faturamento e -7,3% em comissão), enquanto na comparação anual (1T2026 vs 1T2025) houve crescimento moderado (+4,4% em faturamento e +3,0% em comissão), indicando manutenção da capacidade de geração de receita da carteira.

De forma geral, o desempenho da carteira reflete estabilidade operacional e consistência na atuação comercial, sem alterações significativas na composição do portfólio ao longo do trimestre.

CONSÓRCIOS

No 1T2026, a carteira de consórcios apresentou volume financeiro de R\$ 17,8 milhões e comissão de R\$ 677 mil. Na comparação com o 4T2025, observou-se redução no volume financeiro (-15,5%), acompanhada de aumento expressivo na comissão (+81,9%). Esse comportamento indica melhora



Comentário do Desempenho

relevante na rentabilidade das operações no período, refletindo alteração no mix comercial e maior geração de receita por operação.

Em relação ao 1T2025, verificou-se queda no volume (-12,3%) e crescimento da comissão (+11,1%), reforçando a tendência de maior eficiência operacional, ainda que com menor volume comercializado. A carteira de consórcios apresentou redução de volume, porém com ganho de rentabilidade, evidenciando uma mudança no perfil das operações realizadas ao longo do trimestre.

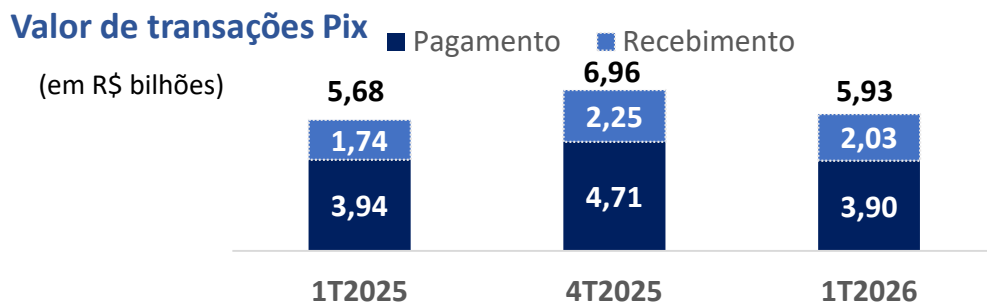
CAPITALIZAÇÃO

A capitalização apresentou crescimento relevante no volume de vendas (149,3%) em relação ao trimestre anterior, porém com pressão sobre a rentabilidade na comparação anual, indicando alteração no mix de linhas de CAP comercializadas.

Meios de Pagamento

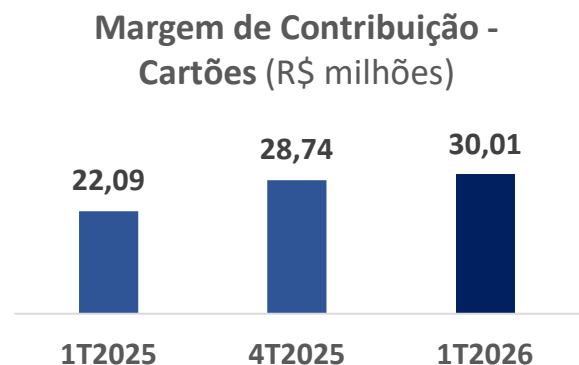
PIX

No 1T2026, o Pix foi responsável por transacionar o volume financeiro de R\$ 5,93 bilhões, representando decréscimo de 15% em relação ao 4T2025 e aumento de 4% em relação ao 1T2025, onde o volume financeiro foi de R\$ 5,68 bilhões.



CARTÕES

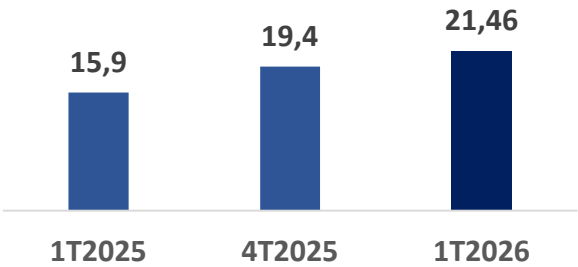
Em relação a carteira de cartões, a margem de contribuição no 1T2026 foi de R\$ 30,01 milhões, o que corresponde a um crescimento de 4,4% em relação ao 4T2025 e de 35,89% quando comparado ao 1T2025 o qual foi de R\$22,09 milhões.



Comentário do Desempenho

No que concerne a carteira de crédito, a Carteira de Cartões registrou receita de R\$ 21,46 milhões no 1T2026, representando crescimento de 10,61% em relação ao 4T2025 e de 34,96% frente ao mesmo período de 2025. O desempenho reforça a relevância do portfólio de cartões na geração de receitas de serviços.

Receita Comercial - Cartão de Crédito (R\$ milhões)

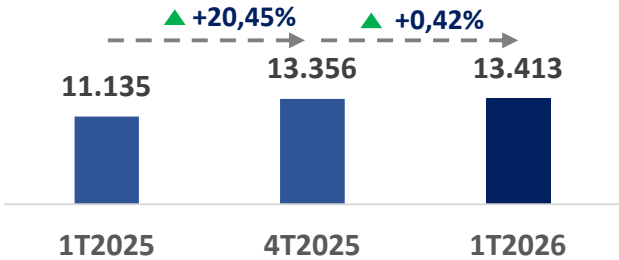


Serviços

PACOTES DE SERVIÇOS – PF E PJ

No 1T2026, a receita com Pacotes de Serviços apresentou um crescimento de 0,42%, quando comparado com o 4T2025. No comparativo de 12 meses, houve um crescimento de 20,45%.

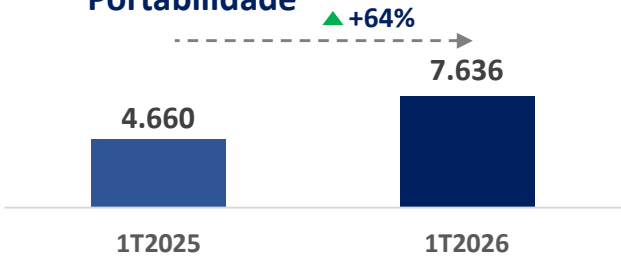
Pacotes de Serviços



PORTABILIDADE SALARIAL - VINDA

No comparativo entre o 1T2025 e o 1T2026, verificou-se variação positiva de 64% no número de portabilidades salariais de vinda ao Banpará, o que representou incremento financeiro de R\$ 7,35 milhões.

Volume de Clientes Portabilidade



CONTA CORRENTE – PF E PJ

A evolução da quantidade de contas correntes ativas apresentou um crescimento de 5%, considerando as contas PF/PJ com movimentações nos últimos seis meses, se comparado o 1T2025 (366.609) e o 1T2026 (384.294). Em comparação ao 4T2025, houve um incremento de 6.822 contas correntes, totalizando 377.472 ao final do período.

COMPULSÓRIO DAV

O indicador apresentou variação negativa de 35% no 1T2026, quando comparado com o 4T2025, a qual foi motivada pela dedução na exigibilidade do valor referente a parcela da antecipação obrigatória ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Comentário do Desempenho

Projetos

No 1T2026 destaca-se a entrega do Projeto Serviço de Saque de Moeda Estrangeira nos caixas eletrônicos (ATM) do Banpará, proporcionando a ampliação, à conveniência e autonomia dos clientes, permitindo o acesso direto as moedas estrangeiras (Dólar e EURO) sem a necessidade de deslocamento à casas de câmbio ou dependência de atendimento presencial.

Atualmente, o Banco possui projetos estratégicos em andamento, que reforçam o compromisso com a inovação, a modernização dos processos e a ampliação do portfólio de soluções disponibilizadas aos seus clientes. Destacam-se:



Crédito Trabalhador: modalidade de crédito consignado destinado a trabalhadores com carteira assinada (regime CLT), no qual as parcelas do empréstimo são descontadas diretamente do contracheque do trabalhador.



PIX Saque: solução que permite a realização de saques sem a necessidade do cartão físico, ampliando a conveniência e o acesso a recursos pelos clientes.



Cartão PJ: projeto direcionado ao fortalecimento do atendimento ao público empresarial, com foco na ampliação dos meios de pagamentos e no aprimoramento da gestão financeira das empresas.

Estratégia Corporativa

O Banpará adota um modelo de planejamento estratégico de longo prazo, estruturado em ciclos quinquenais, com revisões anuais, o que permite o contínuo aprimoramento da estratégia institucional frente às dinâmicas do ambiente interno e externo. No atual Planejamento Estratégico, o Banco definiu um direcionamento pautado por pilares de sustentabilidade, expansão digital e promoção da diversidade nas lideranças, em consonância com as melhores práticas de governança e responsabilidade socioambiental. Dentro desse contexto destacam-se as seguintes iniciativas:

-  Desenvolvimento de ações voltadas para expandir a tecnologia do Banco, ampliando os serviços e produtos ofertados no meio digital e desenvolvendo novos modelos de negócio digital;
-  Incentivo ao financiamento de produtos verdes;
-  Desenvolvimento de ações que visam incentivo da diversidade nas lideranças;
-  Tratativas para tornar o Banco ecologicamente mais sustentável, com energia limpa, através da energia solar.

No âmbito do ciclo estratégico quinquenal em vigor, 2026–2030, ressalta-se o comprometimento institucional direcionado ao efetivo monitoramento das ações estratégicas, das quais 78,26% estão em andamento e 4,35% alcançaram conclusão e 17,39% estão a iniciar. O acompanhamento dessas iniciativas foi conduzido em estrita conformidade com as práticas de governança adotadas pela organização.



Comentário do Desempenho

Considerando o caráter plurianual das ações previstas, estima-se que seus impactos mais expressivos se consolidem gradualmente ao longo do tempo, em consonância com as premissas delineadas no Planejamento Estratégico, o qual projeta a evolução progressiva dos indicadores de desempenho como reflexo direto da efetiva implementação do Plano de Ações.

ASG



O Banpará possui o Plano de Comunicação de riscos e responsabilidade socioambiental, instrumento de gestão que traz diretrizes para a comunicação interna e externa das questões ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), a fim de proporcionar aculturação, interação e conhecimento, atrelado aos princípios e diretrizes contidos na PRSAC.

Ainda no 1T2026 foram aprovados os seguintes planos de comunicação sobre fomento a cultura de risco dentro do Banpará: Risco de imagem: o que é e como evitá-lo nas organizações, Matéria sobre Atendimento Humanizado, Matéria sobre Gestão de Risco de Imagem e Reputação, Pesquisa de percepção para definição da nova materialidade do Banpará-Funcionários e Reconhecimento do Banpará no projeto *score ESG*, estudo realizado pela ERM e ABDE.

- Realização de estudo de viabilidade e implementação do programa de financiamento de projetos sustentáveis, voltado para Prefeituras do Estado do Pará.
- Otimização do monitoramento contínuo dos impactos socioambientais das operações do Banco.
- Foi dado início da primeira fase, ainda no 4T2025, da **avaliação de maturidade ESG** junto aos fornecedores ativos, para monitoramento de riscos SAC. Atualmente, o Banco está na avaliação da segunda fase do processo, que requer a análise das evidências encaminhadas. Esta avaliação é um processo de levantamento de dados para entender qual o nível de consciência e ação das práticas ambientais, sociais e de governança destes fornecedores, além de mitigar riscos, identificar oportunidades e fortalecer relacionamentos, contribuindo diretamente para uma estratégia institucional sustentável.



- Fortalecimento do relacionamento institucional e valorização dos funcionários.
- Ampliação da visibilidade do Banpará em eventos que promovam a cultura, o esporte e o desenvolvimento social no Estado do Pará.
- O Banpará reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do Estado ao atuar como patrocinador *master* do campeonato que leva entretenimento, lazer e estímulo à economia local a diversas regiões do Pará. A iniciativa fortalece a inclusão social, valoriza a cultura esportiva e impulsiona cadeias produtivas regionais, contribuindo para a geração de renda e oportunidades.



- Em 2026, o campeonato “**Parazão Banpará 2026**” avança ainda mais em seu impacto social ao inovar nas transmissões, incorporando uma mensagem de



Comentário do Desempenho

conscientização voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher. A ação reforça a responsabilidade social do Banpará, alinhada às diretrizes ASG, ao utilizar o esporte e a comunicação de massa como instrumentos de educação, sensibilização e promoção dos direitos humanos.

- Implementação da utilização de tecnologias de inteligência artificial e análise de dados para monitorar e mitigar riscos em tempo real.
- No campo das metodologias e ferramentas para Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, a área de risco está implementando a metodologia integrada para apuração e classificação do risco de imagem e reputação do Banco em projetos de patrocínio, construída com o apoio técnico de outras áreas envolvidas.
- Para o gerenciamento de riscos operacionais, no 1T2026, foi aplicada a ferramenta de levantamento e análise da base de perdas operacionais, o que auxilia na identificação de processos que estão fragilizados, além disso, manteve-se o monitoramento dos indicadores de riscos operacionais, risco de TIC e fraudes externas.
- O Banco encontra-se em fase de desenvolvimento de um modelo de *scoring* voltado ao mapeamento e graduação de riscos de vulnerabilidade, visando atender ao Normativo SARB 027/2023 (Título III, Capítulo I, Seção II, art. 112, §§ 1º, 2º e 3º e art. 113), com flexibilidade para inclusão de outros indicadores ou características além das citadas no normativo, conforme evolução da metodologia.



Governança Corporativa

A Governança Corporativa do Banpará adota uma estrutura fundamentada em princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa e sustentabilidade. As principais atribuições da nossa governança englobam a formulação e acompanhamento da estratégia institucional, a gestão integrada de riscos e controles internos, a promoção da ética e integridade em todos os níveis, e a garantia de um relacionamento transparente e equitativo com todos os públicos de interesse. Essa estrutura permite assegurar a transparência em todas as operações, por meio de políticas claras, divulgação de informações relevantes e mecanismos de controle eficazes. O alinhamento com as melhores práticas é garantido pela constante revisão e atualização dos processos e políticas, buscando sempre a conformidade com as regulamentações vigentes e as expectativas dos *stakeholders*.

A estrutura organizacional do Banpará é composta por: Um Conselho de Administração, eleito e destituível pela Assembleia Geral; Uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia conta com quatro Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos, Comitê de Elegibilidade e Comitê de Remuneração.



Comentário do Desempenho

Conselho da Administração*
08 membros | 25% independentes

Gênero
03 Feminino
05 Masculino

Conselho Fiscal*
04 membros | 100% independentes

Gênero
01 Feminino
03 Masculino

Diretoria*
05 membros | 100% funcionários de carreira

Gênero
02 Feminino
03 Masculino

* Os membros foram eleitos nos dias 29 e 30/04/2026, estando os nomes pendentes de homologação pelo Banco Central.

Reconhecimento



O Banpará manteve reconhecimentos importantes do setor, como o **Selo de Conformidade da Autorregulação FEBRABAN de Prevenção a Ilícitos** e o **Selo de Responsabilidade Socioambiental**, reafirmando seu compromisso com integridade, sustentabilidade e as melhores práticas de governança.

Relação com Investidores

A área de Relações com Investidores (RI) do Banpará é responsável pela divulgação transparente,



tempestiva e consistente de informações financeiras e operacionais, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de governança corporativa. Sua atuação fortalece o relacionamento com investidores, acionistas e o mercado, contribuindo para a credibilidade institucional, para a confiança dos *stakeholders* e para a sustentabilidade do Banco.

Como parte desse compromisso, o Banco mantém um site dedicado ao relacionamento com investidores e ao mercado em geral, disponível no endereço: <https://ri.banpara.b.br/>



Comentário do Desempenho

Composição Acionária

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	10*	0,0001%
Demais Acionistas	1.451	0,0152%
TOTAL	9.521.649	100%

* Base: 30/04/2026.

Espécie e Classe da Ação: ON
Ações em não circulação: 9.519.443
Ações em circulação: 2.206
% de Ações em circulação: 0,0231%

Controles Internos e Compliance

No 1T2026, a área de Compliance, Controle, Integridade e Regulação – concentrou seus esforços em iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança corporativa e ao apoio à tomada de decisão. As principais atividades desenvolvidas no período incluem:

Atividade / Documento	Objetivo e Escopo	Principais Resultados / Status
Análise de Riscos Residuais	Avaliação dos riscos remanescentes após a aplicação de controles operacionais, socioambientais e climáticos.	Maioria dos controles eficazes. Riscos fora do apetite foram mitigados com recomendações junto aos gestores.
Relatório de Monitoramento (2S2025)	Acompanhamento dos processos internos e subsídio para decisões estratégicas no 2º semestre de 2025.	Avanços significativos na gestão e controle. Resultados e ações de mitigação reportados à DICRI.
Avaliação de Efetividade PLD/FT	Verificação do desenho e implementação dos mecanismos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.	Controles classificados com elevado grau de efetividade e aderência às exigências regulatórias.

Comentário do Desempenho

Atividade / Documento	Objetivo e Escopo	Principais Resultados / Status
PACIC 2026	Planejamento anual de atividades de compliance e controles internos para o exercício de 2026.	Plano institucionalizado. Aprovação de nova metodologia para priorização de criticidade de normas externas.
Apuração Disciplinar	Melhoria de processos e procedimentos da unidade de apuração.	Criação de indicadores de performance (KPIs) e integração entre unidades para maior alinhamento institucional.

INVESTIMENTOS EM CULTURA DE CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

No primeiro trimestre foi estabelecido o Plano Periódico de Cultura, com foco na promoção da cultura de *Compliance*, Controles Internos, Integridade, Regulação e PLD/FT, por meio de ações de capacitação, comunicação institucional, atualização de cartilhas, treinamentos, publicações periódicas e realização de eventos, visando ao fortalecimento da conformidade regulatória, à conscientização do corpo funcional, alta administração e terceiros, e à mitigação de riscos institucionais ao longo do exercício de 2026.

Recursos Humanos


2.562
Funcionários

O Banpará encerrou o 1T2026 com 2.562 funcionários. Durante o período, as ações relacionadas à atração, desenvolvimento de carreira, sucessão e retenção de talentos mantiveram-se alinhadas às diretrizes institucionais vigentes, com foco na consolidação e continuidade das práticas já estabelecidas.

A atração, desenvolvimento de carreira, sucessão e retenção de talentos contou com a convocação de 31 novos bancários em 04/03/2026 (edital de convocação nº 001/2026), oriundos do Concurso Público para o provimento efetivo nos cargos de nível médio e superior para preenchimento de vagas dos quadros de carreiras e formação de cadastro de reserva do Banpará – Edital nº 01/2024, de 05 de novembro de 2024 (em fase de contratação).

Ademais, o Banco possui programas de estágio e de aprendizagem, conferindo oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e de experiência profissional. No 1T2026, o quadro de estágio contou com 99 contratações, atendendo atualmente 274 jovens, o que evidencia o relevante impacto social do Banco.

Paralelamente, foram iniciados estudos voltados ao aprimoramento dessas frentes, com o objetivo de identificar oportunidades de evolução e fortalecimento dos processos adotados pela Instituição.



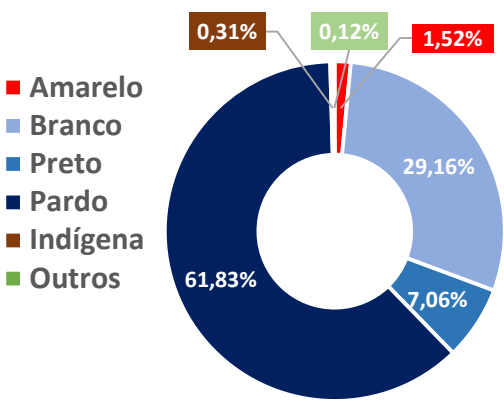
Comentário do Desempenho

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Empregados por Gênero



Declaração de Raça ou Cor



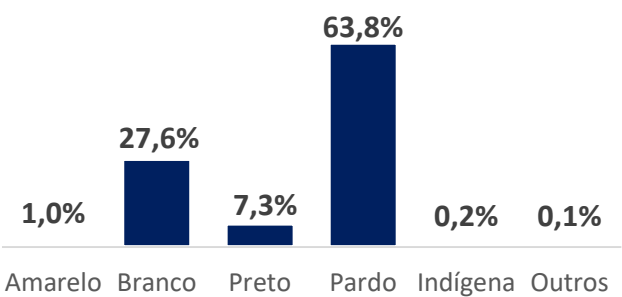
Faixa Etária
72,87%
Com idade entre 30
e 50 anos

DIVERSIDADE NOS CARGOS DE LIDERANÇA:

42% dos cargos de liderança
são ocupados por mulheres.



Líderes por Raça



Demonstração da quantidade de mulheres que ocupam cargos na **Administração** do Banpará:

	1T2026	
	Quantidade de Mulheres	
Total Banpará	5	38,46%
Conselho de Administração*	3	37,5%
Diretoria*	2	40%

* Os membros foram eleitos nos dias 29 e 30/04/2026, estando os nomes pendentes de homologação pelo Banco Central.



Comentário do Desempenho



A remuneração dos empregados é calculada com base no cargo, tempo de serviço e função desempenhada dentro da instituição, não havendo qualquer diferenciação de remuneração entre homens e mulheres.



EDUCAÇÃO CORPORATIVA:

A Universidade Corporativa do Banpará – UniBanp tem como finalidade promover o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, alinhando as ações educacionais às estratégias e metas institucionais. Destaca-se, no 1T2026, as seguintes ações de inovação, concebidas visando melhor performance e desenvolvimento do capital intelectual do Banpará:

No 1T2026 foram entregues 08 capacitações (Open Finance, Workshop Técnica de Vendas, Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, Programa de Aculturação e Sensibilização em Segurança Cibernética e da Informação – 2026, Pregoeiros Summit 2026 – CPL, Programa de Desenvolvimento Educacional (PDEB), Programa de Certificações Legais e Programa De Língua Estrangeira), contemplando cerca de 1.000 participações.

Encontram-se aprovados e em fase de estruturação para lançamento os seguintes projetos: Programa de Preparação à Aposentadoria (PPA), Protagonize (incentivo à capacitação espontânea), Integra Banpará (remodelagem da integração de novos empregados) e atualização do Programa de Instrutoria Interna – PROGIB.



SAÚDE DO TRABALHO:

Ao longo do 1T2026, foi realizada a gestão de afastamentos por motivo de saúde, com acompanhamento multiprofissional, orientações e encaminhamento de todas as providências relativas ao assunto. Em março, aconteceu a campanha em alusão ao Dia Internacional da Mulher, com foco na Lei Maria da Penha e direitos das mulheres e realização de *Quick Massages* para as empregadas no período de campanha.



ACORDO COLETIVO

As ações previstas no Acordo Coletivo de Trabalho de 2024 vêm sendo implementadas ao longo de 2025 e 2026, contribuindo de forma consistente para o fortalecimento do pacote de benefícios e para a evolução das condições de trabalho dos colaboradores.

A execução das medidas pactuadas tem promovido a ampliação dos investimentos em pessoal, incluindo a concessão de ganhos reais aos empregados do Banpará, refletindo positivamente na valorização profissional, no bem-estar das equipes e na atratividade do ambiente organizacional.

Tecnologia

No 1T2026, o Banco promoveu um conjunto relevante de entregas estratégicas, com foco em evolução regulatória, ampliação de serviços ao cliente, modernização de sistemas e ganhos de eficiência operacional. As principais entregas incluem:



Comentário do Desempenho

- **Crédito:** a implementação do cenário de encerramento de contratos amortizados para consignantes migradas, além da renegociação das linhas do FUNGETUR (Capital de Giro e Projeto de Investimento), ampliando a capacidade de atendimento e flexibilização das operações.
- **Atendimento e experiência do cliente:** avanços importantes na Ouvidoria (CRM 3.0), fortalecendo a governança e a rastreabilidade das demandas. Ainda nesse eixo, foi disponibilizado, nos terminais de autoatendimento, a funcionalidade de compra e saque de moeda estrangeira (dólar e euro), ampliando o portfólio de serviços aos clientes.
- **Agenda regulatória e de infraestrutura financeira:** adequações para viabilizar o Pix recorrente, com atualização do contrato de comunicação do serviço de pagamentos instantâneos. Adicionalmente, foram realizadas entregas vinculadas à Resolução CMN nº 5.218/2025, com aprimoramentos em validações cadastrais (representantes, procuradores e titulares) e geração de relatórios regulatórios (BCProtege+), além de evoluções relacionadas a apontamentos do Bacen.

Por fim, ressalta-se a evolução contínua do novo sistema tarifador, com entregas relevantes ao longo do trimestre, incluindo funcionalidades de agendamento em conta corrente, melhorias na geração de tarifação, gestão de tarifas, consultas e refatoração de processos de provisionamento, inclusive com condução de piloto, consolidando ganhos de robustez e eficiência operacional.

Marketing

No 1T2026 o Banpará intensificou o monitoramento das redes sociais, incorporando à análise métricas de engajamento e reação do público. No período, as ações de comunicação priorizaram a divulgação de produtos financeiros para diferentes perfis de clientes, a disseminação de informações sobre produtos e serviços e a publicação de conteúdos de utilidade pública. Na comunicação interna destacam-se ações voltadas para treinamentos, premiações, comunicados administrativos e ações institucionais alusivas a datas comemorativas. O Banco também investiu em patrocínios de projetos voltados ao esporte e ao fortalecimento da cultura regional.



PATROCÍNIOS

No 1T2026, o Banpará direcionou suas campanhas publicitárias para a divulgação de produtos diversos, como Cartão de Crédito, Consignado e Banparacard, e para campanhas de recuperação de crédito e de incentivo à poupança (Poupança Premiada).

No campo social, mantiveram-se vigentes doações para as instituições Casa do Menino Jesus, Fazenda da Esperança, Espaço Nova Vida e Ação Sorriso, reforçando o compromisso do Banco com iniciativas voltadas à assistência e acolhimento.

No que tange aos patrocínios, o Banco destinou recursos a projetos nas áreas de cultura, fomento e esporte, reafirmando seu compromisso institucional com o desenvolvimento social e o estímulo à economia local em diversos municípios paraenses.

Comentário do Desempenho

No âmbito cultural, destacamos os eventos relacionados ao Carnaval 2026, em todo estado do Pará, demonstrando o compromisso do Banpará com a valorização do patrimônio imaterial do Pará e com ações que promovem inclusão e valorização da identidade cultural local.

No segmento esportivo, destaca-se o apoio à Copa Oeste do Pará, evento que visa fortalecimento do futebol na região do Tapajós, bem como o apoio ao Campeonato Paraense de Futebol – Parazão Banpará, com objetivo de fortalecer o futebol local e ampliar a visibilidade da marca Banpará em nível regional.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, como última instância, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/2020, até 10 dias corridos nas demandas no CONSUMIDOR.GOV, e até 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

 **Atuação** - No 1T2026, foram analisadas **856** demandas, sendo:



Em comparação com o 4T2025 (856), o volume de demandas manteve-se estável e comparado com o 1T2025 (563), houve um aumento percentual de aproximadamente 52%. No 1T2026, a Ouvidoria registrou 856 manifestações, todas respondidas dentro do prazo normatizado, consolidando a Ouvidoria como instância estratégica de resolutividade e fortalecimento da relação do Banpará com clientes, usuários e órgãos reguladores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna exerce papel fundamental no fortalecimento da governança corporativa e na promoção da transparência e integridade das operações do Banco, contribuindo para a mitigação de riscos, o aprimoramento dos controles internos, e a conformidade com as normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.





Comentário do Desempenho

No 1º trimestre de 2026, as principais ações desempenhadas pela Auditoria interna estiveram voltadas para a realização de trabalhos de avaliação (*assessment*) independente da governança, de riscos e de controles, baseada em riscos, abrangendo a tecnologia da informação. Adicionalmente, foram realizados trabalhos de prevenção, inclusive, sob demanda do órgão supervisor, de atuação em processos investigativos, além de acompanhamento (*follow-up*) trimestral das recomendações emitidas, com reporte sistemático à alta administração e aos órgãos de governança.

Auditoria Independente

A Auditoria Independente tem a atribuição de emitir opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela administração representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, observadas as regulações aplicáveis. Os serviços de auditoria independente são essenciais para a proteção dos usuários das demonstrações financeiras e contribui para o funcionamento do mercado de valores mobiliários à medida que colabora para o fortalecimento da confiança nas relações entre as entidades auditadas e os usuários das demonstrações. No Banpará, esse serviço é prestado pela empresa FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 1T2026 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretor

Elias Thiago Gonçalves Lima

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



Notas Explicativas

Notas Explicativas **1T2026**



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará ou Banco) é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020, e os novos requerimentos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:
CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

Notas Explicativas

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis– Resolução CMN nº 4.524/2016;

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;

CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;

CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/2020

CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021; e

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016– Resolução CMN nº 4.924/2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde;

Notas Explicativas

e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Ajuste ao Valor justo de Títulos e Valores Mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários que contém ativos classificados como a valor justo por meio do resultado e por meio de resultados abrangentes, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas Explicativas

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, na data da negociação. O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- For transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos definidos, ou
- Baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, caso não haja expectativas razoáveis de sua recuperação. Estudos realizados para as carteiras do Banco demonstram que a partir de uma quantidade de atraso, a depender da carteira, o percentual de recuperabilidade se estabiliza, sendo, portanto, baixados para prejuízo.

Quando um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o seu valor contábil bruto é recalculado para refletir os novos fluxos de caixa da operação, sem que ocorra a baixa desse ativo financeiro.

Classificação de ativos e passivos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorre tanto pelo modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Notas Explicativas

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como:

- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR):** ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis.
- **Modelos de Negócios:** representam a maneira como os ativos financeiros são administrados, considerando: i) os riscos que influenciam o desempenho do modelo de negócio; ii) a forma de remuneração dos gestores do negócio; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.
- **Teste SPPJ:** análise dos fluxos de caixa contratuais para determinar se consistem apenas em pagamento de principal e juros, que devem ser representados pela contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre nessa definição, o ativo financeiro não passa no Teste SPPJ e, consequentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais, representado pelas cotas de fundos de investimento não atendem ao Teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes.

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados a custo amortizado, exceto por:

Notas Explicativas

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** incluem derivativos e passivos financeiros originados de contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.
- **Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar:** avaliados levando em conta a provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Garantias Financeiras:** mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperadas; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, subtraído do valor acumulado da receita.

Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos por meio da taxa efetiva de juros (TJE), que é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJE considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

Taxa de Juros Efetiva – Metodologia Diferenciada

O Banco optou por adotar a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relacionadas aos custos de transação em operações de crédito e demais operações com característica de operações de crédito. Essa metodologia, consiste em:

- Apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original; e
- Apropriação linear de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na originação ou emissão do instrumento financeiro, conforme as características do contrato.

A apropriação de juros deixa de ser reconhecida quando um instrumento financeiro se torna um ativo com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando apresenta atraso superior a 90 dias no pagamento de principal de juros, ou quando há evidências

Notas Explicativas

de redução significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

Mensuração a valor justo

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços. A valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de:

- Receita ou despesa, no resultado do período, para instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado.
- Outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, para ativos financeiros classificados como valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou perdas não realizadas em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial. Neste caso, a transferência dos ganhos ou perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros é realizada com base em uma hierarquia que classifica os dados utilizados no processo de avaliação em três níveis distintos. Essa hierarquia visa garantir a consistência e a comparabilidade das avaliações, promovendo a transparência nas divulgações contábeis. A seguir, detalhamos os três níveis da hierarquia de valor justo:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas em bolsas de valores e cotas de fundos de investimentos com alta liquidez.

Nível 2: Dados observáveis no mercado, utilizados em técnicas de precificação e podem incluir preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços de ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou outras informações de

Notas Explicativas

mercado observáveis. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos com menor liquidez.

Nível 3: Dados não observáveis no mercado, utilizados em técnicas de avaliação que requerem premissas e estimativas. Esses dados são baseados em informações internas do banco e refletem as melhores estimativas da administração sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam na determinação do valor justo. Incluem instrumentos financeiros complexos e ativos ilíquidos.

Para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo derivativos não negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em premissas de mercado. As principais premissas incluem dados históricos, transações similares, taxas de desconto e fluxos de caixa futuros descontados a valor presente.

Perda Esperada

O Banco constitui provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito utilizando a metodologia completa, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para:

- Ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outras entidades, ativos classificados na categoria valor justo por meio do resultado, mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo (com exceção de títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;
- Garantias financeiras prestadas;
- Compromissos de crédito e créditos a liberar.

A mensuração da provisão considera como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

O Banco classifica seus instrumentos financeiros em três estágios, conforme descrito a seguir:

Primeiro estágio: quando os instrumentos financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o risco de crédito diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento.

Notas Explicativas

Segundo estágio: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas o risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Terceiro estágio: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são contabilizadas desde a alocação inicial do instrumento financeiro em estágios, sendo determinadas em montante correspondente às perdas associadas ao risco de crédito. Para os Estágios 1 e 2, é considerado o conceito de Perda Esperada, enquanto para o Estágio 3 é considerado também o requerimento regulatório de Perda Incorrida (que passa a ser um componente da Perda Esperada).

As Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito são revisadas mensalmente, ou tempestivamente quando houver novos fatos que demonstrem deterioração significativa da qualidade creditícia da contraparte, incluindo reestruturação, e realocação de estágios.

A metodologia interna de cálculo da Perda Esperada é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios do Banco. Esse cálculo é baseado em parâmetros da metodologia interna, incorporando aspectos locais (com destaque para risco país Brasil, cenários macroeconômicos, informações prospectivas sobre volatilidade de risco, Fator de Conversão de Crédito - FCC). Esses parâmetros são consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas.

O Banco, enquadrado como uma instituição financeira “Segmento S3”, utiliza a metodologia completa prevista nas resoluções CMN 4.966 e BCB 352.

Aumento significativo do risco de crédito

O conceito de risco de crédito é baseado na probabilidade de inadimplência para sua vida toda. Originalmente, quando a operação é concedida pelo Banco, é registrada

Notas Explicativas

em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, o Banco avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em caso positivo, esta operação passa a ser considerada em estágio 2, ou ainda, se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de não recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de não recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo de risco de crédito e de evidência de ativo problemático baseiam-se não apenas em critérios quantitativos e prospectivos, incluindo projeções decorrentes de modelos de probabilidade de deterioração do crédito, mas também no comportamento efetivo do ativo financeiro quanto à sua liquidação. São classificados no estágio 2 os ativos que apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, caracterizado, entre outros fatores, pela elevação do grau especulativo e risco substancial conforme classificação de agências de risco reconhecidas pelo mercado, pelo atraso entre 1 e 15 dias no cumprimento das obrigações pelo emissor, ou ainda, por determinação do comitê competente, fundamentada em avaliação técnica.

Os ativos classificados no estágio 3 abrangem os contratos que apresentem evidência objetiva de problema de recuperação de crédito. A caracterização de ativo problemático ocorre quando verificada, pelo menos, uma das seguintes situações: atraso superior a 15 dias na liquidação pelo emissor, incluindo, de forma preponderante, os contratos com atraso superior a 90 dias; deterioração relevante da capacidade creditícia, evidenciada por classificação de risco altamente especulativa ou inferior, recorrência de atrasos no pagamento de juros; reestruturação de crédito; decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou existência de medidas judiciais ou regulatórias que possam comprometer o valor ou a exequibilidade do título.

Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação dos seguintes parâmetros:

Notas Explicativas

Probabilidade de Default (PD): a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento em uma janela de tempo determinada.

Perda dada ao Default (LGD): a LGD (loss given default) é o percentual esperado de perda de uma cliente dado o ativo problemático. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito do Banco para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação / renovação de contrato e clientes, podendo estender análises específicas para diferentes tipos de garantias, percentuais de cobertura das garantias, entre outras informações.

Exposição ao Default (EAD): a EAD (exposure at default) representa o montante da exposição ao risco de crédito quando o ativo se torna problemático, incluindo juros incorridos, não contemplando limites de créditos ou exposições fora do balanço.

Adicionalmente, a Res. CMN 4966 determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. As variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

1. Ativos problemáticos e *stop accrual*

Ativos com problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos) são definidos como aqueles com atraso superior a 90 dias, operações com forte evidência de que não serão liquidados conforme pactuado, e as operações reestruturadas. Nestes casos, o Banco interrompe a apropriação de receitas ainda não recebidas (*stop accrual*), retomando a apropriação somente após regularização.

As reestruturações de ativos problemáticos consideram concessões concedidas pelo Banco ao devedor, as quais não seriam concedidas caso o devedor não enfrentasse dificuldades financeiras severas (deterioração significativa da qualidade de risco de crédito) que o impedissem de cumprir integralmente seus compromissos financeiros com o Banco.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3. O efeito arrasto pode não ocorrer quando:

Notas Explicativas

(i) operações com gerenciamento de risco realizado de forma massificada; e (ii) instrumento financeiro que em virtude de sua natureza ou de sua finalidade apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte que apresenta problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização de ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A descaracterização do Ativo Problemático e a respectiva reclassificação como Ativo com Risco de Crédito Significativo é possível desde que sejam atendidas condições pelo devedor (processo de Cura), entre elas: adimplência dos pagamentos de principal e encargos de acordo com a reestruturação das obrigações e novas condições pactuadas, continuidade de pagamento tempestivo de principal e encargos bem como cumprimento de demais obrigações contratuais por um período de cura mínimo, pagamento de quantidade mínima de parcelas, melhora dos indicadores de risco de crédito do devedor.

A expectativa de recuperação do Ativo Problemático considera uma estimativa do valor presente provável utilizando: (i) o valor justo das garantias ou dos colaterais se existirem, (ii) os custos e os prazos estimados para execução, venda e recebimento das garantias ou dos colaterais, (iii) a taxa de juros efetiva do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. A análise é feita caso-a-caso com base na experiência da Área de Gerenciamento de Créditos Problemáticos e no histórico de recuperações de créditos problemáticos do Banco, além de comparações com outras reestruturações de ativos problemáticos do Banco.

d. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Notas Explicativas

e. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

f. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

g. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal

Notas Explicativas

desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

h. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os

Notas Explicativas

valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.

- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras Intermediárias porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

j. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são

Notas Explicativas

observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020. Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

l. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

m. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Resolução CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

n. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data

Notas Explicativas

final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Disponibilidades	225.210	210.737
Caixa	220.481	207.723
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.729	3.014
Equivalente de Caixa	299.547	249.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez	299.547	249.616
Total	524.757	460.353

O montante de R\$ 524.757 em 31 de março de 2026 (R\$ 460.353 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações - Mercado Aberto	299.547	249.616
Posição bancada	299.547	249.616
Letras financeiras do tesouro	-	249.991
Perda Esperada associada ao risco de crédito	-	(375)
Notas do tesouro nacional	299.997	-
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(450)	-
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	252.334	165.549
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	252.440	165.579
Perda Esperada associada ao risco de crédito	(106)	(30)
Total	551.881	415.165

A posição bancada representa os Títulos Públicos comprados pelo Banpará nas operações compromissadas (CRV), os quais são revendidos obrigatoriamente no dia seguinte. Com base nesse entendimento, o Banpará em 31 de março de 2026 e 31

Notas Explicativas

de dezembro de 2025 executou perante contraparte compra com revenda (doação de recurso no mercado financeiro), recebendo como lastro LFT.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Posição bancada	28.651	8.251
Depósitos interfinanceiros	2.862	7.548
Total	31.513	15.799

As receitas provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez decorrem de operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. A redução observada nessas receitas é atribuída à diminuição do excedente de caixa, à realocação de recurso para ativos com maior rentabilidade e à menor volume de recurso para aplicação em Depósito Interfinanceiro vinculado ao cumprimento da exigibilidade de direcionamento do recurso obrigatório no âmbito do crédito rural.

5. Títulos e Valores Mobiliários

a. Classificação por tipo de papel

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	31.03.2026			31.12.2025
	Custo	Ajuste de Valor Justo (PL)	Valor Justo	
Livres	104.520	(80.088)	24.432	89.014
Letras do tesouro Nacional	8.563	(186)	8.377	8.155
Cotas de fundos de investimento em participações (a) (b)	95.957	(79.902)	16.055	80.859
Não circulante	104.520	(80.088)	24.432	89.014

Foram designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes no início de vigência da Res. n° 4.966/21.

(a) O Banpará mantém aplicação em cotas seniores de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), realizada no contexto da estratégia de diversificação do portfólio de ativos e otimização da relação risco-retorno. À época da alocação, o fundo apresentava rentabilidade-alvo equivalente a aproximadamente 130% do CDI, compatível com as diretrizes internas de gestão financeira e de liquidez do Banco. No segundo semestre de 2025, a aplicação apresentou desempenho aderente às expectativas econômicas e financeiras, tendo sido apropriado no resultado do período o montante de R\$ 10 milhões de reais referentes aos rendimentos financeiros

Notas Explicativas

auferidos. Foi realizada atualização a valor justo do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) utilizando a metodologia a mensuração do ativo em conformidade com o CPC 46 (Mensuração a Valor Justo) e a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotando metodologia baseada em fluxo de caixa descontado (DCF), com incorporação de ajustes compatíveis com o risco do ativo. Os fluxos de caixa futuros foram projetados com base na remuneração contratual (CDI acrescido de spread) e descontados a valor presente utilizando a curva DI futura divulgada pela ANBIMA, em base de 252 dias úteis. A taxa de desconto reflete a percepção de risco de mercado e é composta pela taxa livre de risco (curva DI futura) acrescida de spread total, que contempla risco de crédito, prêmio de liquidez de 2% a.a. e prêmio reputacional. Este último foi incorporado em função de eventos recentes envolvendo a contraparte, resultando em aumento da incerteza quanto à governança, potencial redução da liquidez do ativo e elevação do prêmio exigido por participantes de mercado. Os ajustes de risco foram aplicados exclusivamente na taxa de desconto, sem alteração das premissas de fluxo de caixa, de forma a evitar dupla contagem de riscos e assegurar consistência metodológica. A metodologia utiliza como principais referências dados públicos de mercado, incluindo curvas de juros e spreads de crédito da ANBIMA, estrutura a termo de taxas DI e políticas internas de gestão de ativos e passivos. Adicionalmente, o modelo observa critérios de governança que asseguram a segregação entre perdas realizadas, perdas esperadas e prêmios de risco, estando alinhado às diretrizes internas e sujeito à validação e rastreabilidade.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Notas Explicativas

Ativos financeiros a custo amortizado

Títulos	31.03.2026			31.12.2025
	Custo	Perda Esperada	Custo Amortizado	
Livres	1.176.007	-	1.176.007	1.107.014
Letras Financeiras do Tesouro	1.163.434	-	1.163.434	1.090.765
CVS (a)	12.504	-	12.504	16.176
Bladex	69	-	69	73
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	420.410
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	420.410
Vinculados ao Banco Central	186.003	-	186.003	82.482
Letras Financeiras do Tesouro	186.003	-	186.003	82.482
Total	1.362.010	-	1.362.010	1.609.906
Circulante	1.349.437	-	1.349.437	1.593.657
Não circulante	12.573	-	12.573	16.249

(a) O Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS), emitidos pelo Tesouro Nacional no âmbito da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), decorrentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Esses títulos são classificados pelo método do custo amortizado e mantidos até o vencimento, previsto para 01 de janeiro de 2027. Ressalta-se que, embora classificados por faixa de vencimento, os CVS possuem fluxo financeiro de amortizações periódicas, com recebimentos mensais de parcelas de principal pagos pelo Tesouro Nacional, o que explica a redução gradual do saldo contábil ao longo do tempo, uma vez que tal movimentação representa a natureza do ativo, sem caracterizar alienação, perda ou alteração no risco de crédito do ativo.

Derivativos

Títulos	31.03.2026	31.12.2025
	Derivativos	Derivativos
Livres	152	152
Contratos de Câmbio	152	152
Não circulante	152	152

O Banpará realiza operações de câmbio de venda de moeda estrangeira com seus clientes. Esses contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

b. Classificação dos títulos classificados como custo amortizado por vencimento

Títulos	Sem vencimento	Circulante		Não Circulante			31.03.2026		31.12.2025
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Custo	Valor Justo	Valor Justo
Custo Amortizado	69	-	180.637	465.791	715.514	-	1.362.010	1.362.010	1.609.907
Títulos públicos (Para negociação)	-	-	168.132	465.791	715.514	-	1.349.437	1.349.437	1.593.658
Letras financeiras tesouro	-	-	168.132	465.791	715.514	-	1.349.437	1.349.437	1.593.658
Títulos públicos (Mantidos até o vencimento)	-	-	12.504	-	-	-	12.504	12.504	16.176
CVS	-	-	12.504	-	-	-	12.504	12.504	16.176
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior (Sem vencimento)	69	-	-	-	-	-	69	69	73
Bladex	69	-	-	-	-	-	69	69	73
Total em 31.03.2026	69	-	180.637	465.791	715.514	-	1.362.010	1.362.010	1.609.907

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Resultado de títulos de renda fixa	52.046	40.162
Resultado de títulos de renda variável	63	(9)
Resultado de renda de fundos de investimento	614	2.012
Resultado de renda de Títulos e Valores Mobiliários no exterior	6	14
Total	52.729	42.179

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	6.218	-
Reserva em espécie - Conta de pagamento instantâneo	91.546	178.329
Recolhimento de Depósitos Voluntários	158.126	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	118.658	350.899
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	416.942	420.389
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	55.403	56.142
Total	846.893	1.005.759
Circulante	791.490	949.617
Não circulante	55.403	56.142

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas

(CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 55.403 em 31 de março de 2026 e R\$ 56.142 em 31 de dezembro de 2025. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.03.2026	31.12.2025
Operações de crédito	15.522.611	15.344.987
Empréstimos e Títulos descontados	13.669.880	13.498.756
Financiamentos	251.630	251.113
Financiamentos rurais e agroindustriais	111.901	129.686
Financiamentos imobiliários	1.489.200	1.465.432
Outras Rubricas	215.417	230.844
Valores a receber relativos à transação de pagamento	134.579	146.846
Operações de câmbio	80.838	83.998
Total da carteira de crédito	15.738.028	15.575.831
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(561.619)	(593.043)
Provisão constituída	(549.743)	(591.830)
Outros Créditos	(11.876)	(1.213)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	15.176.409	14.982.788
Circulante	4.703.639	4.703.639
Não circulante	10.472.770	10.279.149

Notas Explicativas

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	01.01 até 31.03.2026	31.12.2025
Pessoa física	14.797.633	14.639.000
Consignados	11.259.546	11.171.525
Banparacard	1.189.510	1.212.125
Cheque especial	13.220	17.921
Cartão de crédito	238.706	241.558
Sazonais	94.156	4.350
Imobiliário	1.285.311	1.264.846
Rural	91.721	110.246
Financiamento	82.866	82.683
Outros	542.597	533.746
Pessoa jurídica	940.395	936.831
Cheque empresarial	2.993	3.156
Capital de giro	449.363	445.887
Imobiliário	206.443	202.905
Financiamento	168.764	167.876
Câmbio	80.839	83.998
Rural	20.181	19.441
Outros	11.812	13.568
Total	15.738.028	15.575.831

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31.03.2026	31.12.2025
Parcelas vincendas	14.848.989	229.773	366.204	15.444.966	15.286.966
Até 30 dias	475.341	12.495	16.106	503.942	501.241
31 a 90 dias	575.101	17.238	20.768	613.107	864.151
91 a 180 dias	1.163.800	23.827	35.937	1.223.564	865.188
181 a 360 dias	1.890.021	30.780	52.041	1.972.842	1.940.499
Acima de 360 dias	10.744.726	145.433	241.352	11.131.511	11.115.887
Parcelas vencidas	30.956	44.422	217.684	293.062	288.865
Até 30 dias	30.727	12.785	16.814	60.326	54.806
31 a 90 dias	229	31.637	31.625	63.491	58.961
91 a 180 dias	-	-	80.401	80.401	72.196
181 a 360 dias	-	-	88.818	88.818	102.890
Acima de 360 dias	-	-	26	26	12
Total em 31.03.2026	14.879.945	274.195	583.888	15.738.028	15.575.831

d. Por setores de atividade

Setores	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	13.337.736	84,75	13.181.226	84,63
Varejo - Pessoas Jurídicas	464.167	2,95	462.611	2,97
Rural - Pessoa Física e Jurídica	111.902	0,71	129.687	0,83
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	251.629	1,60	250.558	1,61
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.491.755	9,48	1.467.751	9,42
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	80.839	0,51	83.998	0,54
Total	15.738.028	100,00	15.575.831	100,00

Notas Explicativas

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	55.588	0,35	57.516	0,37
10 seguintes maiores devedores	269.580	1,71	271.408	1,74
20 seguintes maiores devedores	249.528	1,59	254.941	1,64
50 seguintes maiores devedores	196.190	1,25	200.665	1,29
100 seguintes maiores devedores	138.150	0,88	141.885	0,91
Demais devedores	14.828.992	94,22	14.649.416	94,05
Total	15.738.028	100,00	15.575.831	100,00

f. Realocação entre estágios pela perda esperada

Carteira de Crédito - Consolidado

Operações de crédito	01.01.2026	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	13.729.601	(133.352)	289.049	13.885.299	13.729.601
Financiamentos	251.112	(1.051)	1.568	251.629	251.112
Financiamentos rurais e agroindustriais	129.687	(18.760)	975	111.902	129.687
Financiamentos imobiliários	1.465.431	(744)	24.512	1.489.199	1.465.431
Total	15.575.831	(153.906)	316.103	15.738.028	15.575.831

Carteira de Crédito - Estágio 1

Operações de crédito	01.01.2026	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	13.043.345	-	85.696	13.129.041	13.043.345
Financiamentos	232.835	-	(27.677)	205.158	232.835
Financiamentos rurais e agroindustriais	80.246	-	2.242	82.488	80.246
Financiamentos imobiliários	1.428.018	-	35.239	1.463.258	1.428.018
Total	14.784.444	-	95.500	14.879.944	14.784.444

Carteira de Crédito - Estágio 2

Operações de crédito	01.01.2026	Aquisição/(Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	167.920	60.913	228.832	167.920
Financiamentos	2.737	28.337	31.073	2.737
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.579	(2.926)	653	3.579
Financiamentos imobiliários	25.721	(12.084)	13.637	25.721
Total	199.956	74.239	274.196	199.957

Carteira de Crédito - Estágio 3

Operações de crédito	01.01.2026	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	518.337	(133.352)	142.441	527.426	518.337
Financiamentos	15.540	(1.051)	908	15.397	15.540
Financiamentos rurais e agroindustriais	45.862	(18.760)	1.659	28.761	45.862
Financiamentos imobiliários	11.692	(744)	1.356	12.305	11.692
Total	591.430	(153.906)	146.364	583.888	591.431

Notas Explicativas

Provisão - Consolidado

Provisão - Operações de crédito	01.01.2026	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	508.938	(133.352)	119.271	494.857	508.938
Financiamentos	20.282	(1.051)	4.207	23.438	20.282
Financiamentos rurais e agroindustriais	43.038	(18.759)	3.385	27.664	43.038
Financiamentos imobiliários	20.785	(744)	(4.381)	15.660	20.785
Total	593.043	(153.906)	122.482	561.619	593.043

Provisão - Estágio 1

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	74.021	-	14.826	88.847	74.021
Financiamentos	5.105	-	197	5.302	5.105
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.643	-	(4)	1.639	1.643
Financiamentos imobiliários	9.275	-	1.288	10.563	9.275
Total	90.044	-	16.307	106.351	90.044

Provisão - Estágio 2

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2026	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	63.278	-	(44.505)	18.773	63.278
Financiamentos	1.551	-	2.768	4.319	1.551
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.979	-	(1.947)	32	1.979
Financiamentos imobiliários	7.865	-	(7.157)	708	7.865
Total	74.673	-	(50.841)	23.832	74.673

Provisão - Estágio 3

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2026	Baixa	Aquisição/(Liquidação)	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e Títulos descontados	371.638	(133.352)	148.950	387.236	371.638
Financiamentos	13.626	(1.051)	1.241	13.816	13.626
Financiamentos rurais e agroindustriais	39.417	(18.760)	5.337	25.994	39.417
Financiamentos imobiliários	3.645	(744)	1.488	4.389	3.645
Total	428.326	(153.907)	157.016	431.435	428.326

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Contas	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Saldo no início do período	(593.043)	(470.027)
Ajustes da Res. 4.966/21	-	1.140
Provisões/Reversões constituídas	(112.347)	(141.580)
Valores baixados ou compensados com créditos	155.647	80.623
Saldo final do período	(549.743)	(529.844)
Outros créditos - Saldo no início do período	(1.213)	(3.483)
Ajustes da Res. 4.966/21	-	(1.355)
Provisões/Reversões constituídas	(10.663)	2.940
Valores baixados ou compensados com créditos	-	406
Outros créditos - Saldo no final do período	(11.876)	(1.492)
Saldo final do período	(561.619)	(531.336)
Circulante	(167.534)	(43.528)
Não circulante	(394.085)	(487.808)

7.3. Movimentação da carteira reestruturada

Contas	31.03.2026	31.03.2025
Saldo no início do período	401.724	279.759
Renegociação	67.754	63.783
Recebimentos	(12.989)	(67.325)
Baixas	(38.969)	(10.056)
Saldo final do período	417.520	266.161
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	88.128	23.326
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	21,11%	8,76%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	31.03.2026	31.03.2025
Adiantamento a depositante	64	39
Empréstimo	800.009	734.162
Financiamentos	6.597	4.710
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	21.807	15.096
Financiamentos rurais	3.418	5.738
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	39.767	31.755
Total	871.662	791.500

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Ativos Financeiros	334.799	345.476
Carteira de câmbio	80.839	83.998
Créditos a receber	8.579	3.436
Devedores por depósitos em garantia (a)	110.529	109.025
Título e crédito a receber sem característica de concessão	273	2.171
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	134.579	146.846
Outros Ativos	451.146	347.099
Adiantamento e antecipações salariais	108.414	9.812
Adiantamento para pagamento	49.636	47.469
Imposto e contribuições a compensar	160.293	160.483
Pagamentos a ressarcir	2.942	2.436
Devedores diversos – País (c)	129.861	126.899
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(22.179)	(6.977)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(11.877)	(1.213)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(10.302)	(5.764)
Circulante	763.766	685.598

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 134.579 em 31 de março de 2026 (R\$ 146.846 em 31 de dezembro de 2025) e estão assim distribuídos:

Contas	31.03.2026	31.12.2025
BANPARÁ Mastercard	134.579	146.846
Valores a faturar	22.313	25.592
Faturados a receber	43.053	43.255
Parcelado lojista a agendar bandeira	69.213	77.999
Total	134.579	146.846

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 129.861 em 31 de março de 2026 (R\$126.899 em 31 de dezembro de 2025), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão soma o valor de R\$ 10.302 em 31 de março de 2026 (R\$ 5.764 em 31 de dezembro de 2025), conforme demonstrativo abaixo:

Notas Explicativas

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Saldo no início do período	(5.764)	(7.999)
Provisões/Reversões constituídas	(4.538)	2.235
Saldo final do período	(10.302)	(5.764)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em Curso	Imóveis em Uso	Móveis e Equip. de Uso	Equip. de Comunicação	Equip. de Proc. Dados	Equip. de segurança	Veículos	Total
Custo	83.108	59.074	31.292	10.572	124.274	15.949	171	324.440
Depreciação acumulada	0	(39.510)	(20.682)	(8.538)	(113.618)	(11.103)	(171)	(193.622)
Líquido 31.12.2025	83.108	19.564	10.610	2.034	10.656	4.846	0	130.818
Aquisições	965	0	606	0	0	120	0	1.691
Baixas custo	0	0	0	0	(10)	0	0	(10)
Baixas depreciação	0	0	0	0	8	0	0	8
Depreciação	0	(169)	(479)	(157)	(2.598)	(259)	0	(3.662)
Transferências	(80.130)	0	0	0	80.130	0	0	0
Movimentação líquida	(79.165)	(169)	127	(157)	77.530	(139)	0	(1.973)
Custo	3.943	59.074	31.898	10.572	204.394	16.069	171	326.121
Depreciação acumulada	0	(39.678)	(21.161)	(8.695)	(116.208)	(11.362)	(171)	(197.275)
Líquido 31.03.2026	3.943	19.396	10.737	1.877	88.186	4.707	0	128.846

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	217.037	37.162	6.000	15.699	275.898
Amortização acumulada	(70.634)	0	(3.000)	(19)	(73.653)
Líquido 31.12.2025	146.403	37.162	3.000	15.680	202.245
Aquisições	36.611	3.748	0	0	40.359
Baixas custo	(4)	0	0	0	(4)
Baixas amortização	4	0	0	0	4
Amortização	(11.378)	0	(2.375)	0	(13.753)
Transferências	952	(952)	0	0	0
Movimentação líquida	26.185	2.796	(2.375)	0	26.606
Custo	254.594	39.959	6.000	15.699	316.252
Amortização acumulada	(82.008)	0	(5.375)	(19)	(87.402)
Líquido 31.03.2025	172.586	39.959	625	15.680	228.850

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 180, 360 até 1800 dias.

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	8.845.899	8.499.746
Depósitos à vista	1.162.092	980.092
Depósitos do público	386.043	527.848
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	14.929	8.388
Depósitos de governo	760.718	443.454
Depósitos a prazo	5.436.208	5.235.555
Depósitos de poupança	2.103.900	2.145.141
Depósitos interfinanceiros	143.699	138.958
Não circulante	4.765.134	4.765.134
Depósitos a prazo	4.765.134	4.765.134
Total	13.611.033	13.264.880

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução

Notas Explicativas

CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI. A instituição realizou captação em Depósito Interfinanceiro com saldo de R\$ 138.958 em 31 de dezembro de 2025 foi realizada com reciprocidade mediante aplicação em Certificado de Depósito Interfinanceiro Rural junto ao Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, sendo amparada por acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31/03/2026	31.12.2025
Sem vencimento	1.162.092	1.103	143.699	2.103.900	3.410.794	3.265.466
Até 30 dias	-	26.932	-	-	26.932	219.060
De 31 a 60 dias	-	30.519	-	-	30.519	81.068
De 61 a 90 dias	-	42.133	-	-	42.133	141.777
De 91 a 180 dias	-	847.535	-	-	847.535	334.851
De 181 a 360 dias	-	5.512.948	-	-	5.512.948	4.457.524
Acima de 360 dias	-	3.740.172	-	-	3.740.172	4.765.134
Total	1.162.092	10.201.342	143.699	2.103.900	13.611.033	13.264.880

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2026	31.12.2025
Sociedades ligadas	570.036	4.934.337	-	-	5.504.373	4.050.580
Pessoas físicas	269.771	1.447.014	-	2.049.431	3.766.216	3.919.442
Invest. institucionais	-	2.026	-	-	2.026	2.008
Instituição financeira	402	-	-	-	402	115.470
Pessoas jurídicas	119.195	2.592.618	-	54.469	2.766.282	3.963.026
Governo municipal	190.885	1.224.244	-	-	1.415.129	1.067.757
Outros	11.803	1.103	143.699	-	156.605	146.597
Total	1.162.092	10.201.342	143.699	2.103.900	13.611.033	13.264.880

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Notas Explicativas

Letras financeiras do tesouro	31.03.2026	31.12.2025
Recompras a liquidar - Carteira própria	-	420.727
Total	-	420.727

e. Despesas de captação

	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Depósitos de poupança	(39.988)	(35.138)
Depósitos interfinanceiros	(4.741)	(13.177)
Depósitos a prazo	(257.889)	(218.722)
Depósitos judiciais	(1)	(1)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(2.918)	(22.289)
Letras financeiras	(63.574)	(34.835)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(4.342)	(3.933)
Instrumentos com cláusulas de subordinação	(8.368)	-
Total	(381.821)	(328.095)

O aumento das despesas de captação entre os anos comparados é devido ao crescimento das despesas médias dos depósitos remunerados, os quais foram influenciados pelos constantes aumentos da taxa básica de juros (SELIC). A despesa de R\$ 4.741 em 31 de março de 2026 (R\$ 13.177 em 31 de março de 2025) refere-se à remuneração, à taxa de 100% do CDI, incidente sobre captações em Depósitos Financeiros. A despesa de R\$ 2.918 em 31 de março de 2026 (R\$ 22.289 em 31 de março de 2025) refere-se à remuneração sobre Operações compromissadas, negociadas à taxa pré-fixada (Selic consenso), divulgada diariamente pelo Bacen. A despesa de R\$ 8.368 em 31 de março de 2026 refere-se à remuneração à taxa de 2% a.a. acrescidos de 100% da Taxa do CDI da Letra Financeira Subordinada Nível II (Instrumentos com cláusulas de subordinação).

11. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$ 140.836 em 31 de março de 2026 (R\$ 139.049 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

	31.03.2026	31.12.2025
Transação de pagamento	140.836	139.049
Total	140.836	139.049

Notas Explicativas

12. Emissão de Títulos

	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	606.055	688.197
Recursos de letras financeiras	606.055	688.197
Não circulante	1.990.943	1.916.126
Recursos de letras financeiras	1.768.499	1.702.050
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	222.444	214.076
Total	2.596.998	2.604.323

O montante de R\$ 2.596.998 em 31 de março de 2026 (R\$ 2.604.323 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas taxas variam entre 107% e 107,5% do CDI, com prazos de até 2 anos. Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes. O saldo de R\$ 222.444 em 31 de março de 2026 (R\$ 214.076, em 31 de dezembro de 2025), refere-se à captação por meio de Letra Financeira Subordinada, emitida com prazo de 10 anos e remuneração correspondente a 2% a.a. acrescidos de 100% da Taxa CDI.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.03.2026	31.12.2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses		
No exterior	78.861	81.768
No país	223.480	228.527
Total	302.341	310.295

O montante de R\$ 302.341 em 31 de março de 2026 (R\$ 310.295 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior. As captações no exterior se referem às captações (*funding*) realizadas pelo Banco, com o objetivo de custear a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Externo (ACE), oferecidos pela mesa primária às empresas que atendem aos requisitos para este tipo de crédito. A captação foi realizada a taxas médias de 7,0375% a.a. e com prazos variando entre 358 e 717 dias corridos, conforme os contratos estabelecidos. As captações no país se referem a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

Notas Explicativas

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	230.353	194.240
Provisão com pessoal	119.500	94.498
Provisão com PLR	-	13.887
Provisão para outras despesas administrativas	64.422	50.474
Passivo para risco – Trabalhista	13.455	5.928
Passivo para risco – Cível	31.548	20.636
Passivo para risco – Tributária	-	5.549
Outros	1.428	3.268
Não circulante	12.565	28.030
Passivo para risco – Trabalhista*	5.966	14.161
Passivo para risco – Cível*	2.162	11.570
Passivo para risco - Tributário *	4.437	2.299
Total	242.918	222.270

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.03.2026	31.12.2025
Circulante	369.688	280.096
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	89.388	3.782
Sociais e estatutárias	13.397	586
Fiscais e previdenciárias	39.501	48.990
Obrigações por convênios	11.325	10.158
Obrigações por prestação de serviços	147.559	158.034
Credores por recursos a liberar	20.881	19.739
Credores diversos – País (a)	26.418	11.271
Obrigações por transações de pagamento	1	-
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.024	1.115
Valores a pagar em moeda estrangeira	599	697
Recursos do FGTS para amortização	703	672
Dividendos	-	5.794
Passivo Atuarial (b)	18.329	18.330
Outras obrigações	563	928
Total	369.688	280.096

(a) O montante de credores diversos composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 26.418 em 31 de março de 2026 (R\$ 11.271 em 31 de dezembro de 2025).

(c) refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre o déficit apurado na avaliação atuarial sobre o plano de saúde oferecido a empregados e ex-empregados do Banpará (Nota 19.2).

Notas Explicativas

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, convergente à norma internacional IAS 37, o Banco realiza acompanhamento contínuo das ações judiciais de natureza cível, trabalhista, tributária, em que figura como parte, e nos processos e operações integrantes de sua carteira de recuperação de crédito, com base em avaliações preparadas por seus assessores jurídicos internos e externos, visando assegurar adequada mensuração e divulgação dos riscos e contingências nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Movimentação das provisões judiciais

	31.03.2026			31.12.2025		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	20.089	32.207	7.848	28.648	24.959	10.119
Atualização monetária	761	1.481	111	4.517	8.450	2.808
Constituições	504	2.841	-	826	7.446	-
Reversões	(1.486)	(2.528)	(3.522)	(9.192)	(6.692)	(5.078)
Pagamentos	(447)	(290)	-	(4.711)	1.956	-
No final do período	19.421	33.710	4.437	20.089	32.207	7.848
Dep. Judiciais	38.046	28.054	44.165	37.257	25.974	45.536

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	31.03.2026				31.12.2025			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	13.455	31.548	-	45.003	5.928	20.636	5.549	32.113
De 1 a 5 anos	5.966	2.162	4.437	12.565	14.161	11.538	2.299	27.998
Acima de 5 anos	-	-	-	-	-	32	-	32
Total	19.421	33.710	4.437	57.568	20.089	32.206	7.848	60.143

Nos termos do CPC 25, as provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com confiabilidade. Os valores classificados como risco

Notas Explicativas

médio e praticamente nulo não geraram constituição de provisão contábil, sendo divulgados apenas para fins informativos, uma vez que, na data-base, não se caracteriza saída provável de recursos.

Os depósitos judiciais permanecem registrados no ativo e não são compensados com as provisões reconhecidas, exceto quando houver direito legalmente exequível de compensação.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

a. Contingências Trabalhistas, Provisões e Depósitos Judiciais

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 438 processos trabalhistas discutidos judicialmente, sendo que 221 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 37.257. Já em 31 de março de 2026, o Banco possuía 457 processos trabalhistas discutidos judicialmente, sendo que 207 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 38.045, permanecendo à disposição do juízo até decisão final das respectivas demandas. As contingências trabalhistas estão classificadas conforme avaliação de risco de perda, da seguinte forma:

	31.03.2026		31.12.2025	
Probabilidade de perda	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	19.421	19.421	20.089	20.089
Possível (50%)	72.008	-	65.497	-
Depósitos judiciais trabalhistas	38.046		37.257	

As provisões estão concentradas principalmente em ações trabalhistas individuais, relacionadas a discussões sobre remuneração, enquadramento funcional e jornada de trabalho.

Provisões trabalhistas – (risco provável)

A composição das principais provisões por assunto jurídico é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Tese trabalhista	Valor provisionado (R\$)	%
INCORPORAÇÃO DE COMPLEMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	6.606	34,02%
HORA EXTRA	2.737	14,09%
INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	2.220	11,43%
HORA EXTRA - APLICAÇÃO DO DIVISOR 150 (6 HRS) E 200 (8 HRS)	1.467	7,56%
RESPONSABILIDADE CIVIL (DANO MORAL E/OU MATERIAL)	1.151	5,93%
DOENÇA OCUPACIONAL	674	3,47%
VINCULO EMPREGATÍCIO	567	2,92%
DESCARACTERIZAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA	539	2,78%
DIFERENÇA SALARIAL - SALARIO MINIMO PROFISSIONAL	502	2,58%
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	464	2,39%

A Administração entende que as provisões registradas refletem a melhor estimativa de desembolso esperado para as obrigações classificadas como perda provável, considerando o estágio processual das ações, o histórico de decisões judiciais em casos semelhantes e as avaliações de seus assessores jurídicos.

Os depósitos judiciais trabalhistas referem-se principalmente a valores realizados para garantia de juízo ou cumprimento de determinações judiciais, permanecendo registrados no ativo da Companhia até o trânsito em julgado das respectivas ações ou levantamento autorizado pelo Poder Judiciário.

Contingências trabalhistas classificadas como possíveis

Os processos classificados como risco possível, não provisionados contabilmente, totalizavam R\$ 65.497 em 31 de dezembro de 2025 e 72.008 em 31 de março de 2026

Principais teses:

Tese trabalhista	Valor estimado (R\$)
AUXILIO-ALIMENTAÇÃO - DECLARAÇÃO DE NATUREZA SALARIAL	39.546
HORA EXTRA	9.950
DESCARACTERIZAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA	6.715
HORA EXTRA - APLICAÇÃO DO DIVISOR 150 (6 HRS) E 200 (8 HRS)	4.165
DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO	3.381
PENALIDADE DISCIPLINAR - REGULARIDADE DA PENA APLICADA	2.076
INCORPORAÇÃO DE COMPLEMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	1.240

b. Contingências Cíveis, Provisões e Depósitos Judiciais

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 3.854 processos judiciais de natureza cível, sendo que 135 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 25.424. Já em 31 de março de

Notas Explicativas

2026, o Banco possuía 3.741 processos judiciais de natureza cível, sendo que 131 ações possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo circulante, no montante de R\$ 27.497, permanecendo à disposição do juízo até o encerramento definitivo das respectivas demandas. As contingências cíveis encontram-se classificadas conforme avaliação de risco de perda, da seguinte forma:

	31.03.2026		31.12.2025	
Probabilidade de perda	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	33.710	33.710	32.206	32.206
Possível (50%)	165.076	-	144.819	-
Depósitos judiciais cíveis	28.054		25.974	

Natureza das demandas cíveis

As contingências cíveis do Banco estão predominantemente associadas a demandas individuais de clientes, envolvendo discussões sobre:

- relações de consumo bancário
- operações de crédito
- responsabilidade civil por supostos danos morais ou materiais
- contestação de operações financeiras
- alegações de fraude ou movimentações indevidas em conta

Provisões cíveis – principais teses jurídicas

A composição das provisões classificadas como perda provável demonstra concentração em demandas relacionadas a operações bancárias e relações de consumo.

Principais temas identificados:

Tese / assunto jurídico	Valor estimado (R\$)
Restituição de valores	6.284
Demandas sem definição específica	6.025
Relações de consumo	4.362
Golpe / fraude	2.325
Limitação de descontos em 30% (superendividamento)	2.247
Empréstimo consignado	2.108
Responsabilidade civil por vício na prestação de serviço	1.958
Retenção de salário	1.491
Contratos de financiamento	749
Contrato de conta corrente	748

Notas Explicativas

De modo geral, essas demandas envolvem questionamentos sobre operações financeiras, supostos débitos indevidos, contestação de contratos de crédito e alegações de falha na prestação de serviços bancários.

c. Processos Tributários, Provisões e Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figurava como parte em 22 processos tributários, distribuídos da seguinte forma: 13 processos em esfera administrativa e 9 processos no âmbito judicial. Do total de ações judiciais, 5 processos possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 45.536. Já em 31 de março de 2026 o Banco figurava como parte em 20 processos tributários, distribuídos da seguinte forma: 13 processos em esfera administrativa e 7 processos no âmbito judicial. Do total de ações judiciais, 4 processos possuem depósitos judiciais vinculados, registrados no ativo não circulante, no montante de R\$ 44.165, os quais permanecem à disposição do juízo até decisão definitiva. As contingências tributárias encontram-se classificadas conforme avaliação de risco de perda, nos seguintes níveis:

Probabilidade de perda	31.03.2026		31.12.2025	
	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)	Valor envolvido (R\$)	Valor provisionado (R\$)
Provável (100%)	4.437	4.437	7.848	7.848
Possível (50%)	13.245		27.985	-
Depósitos judiciais Tributários	44.165		45.536	

Concentração das demandas por objeto da discussão

Objeto / tese tributária	Valor envolvido (R\$)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL	42.125
COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS	31.054
IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS - IRPJ	17.247
TRIBUTOS ESTADUAIS	2.026
TRIBUTOS FEDERAIS	1.493
Total da exposição tributária	93.495

Síntese das principais teses discutidas

A análise dos processos demonstra que o contencioso tributário do Banco está concentrado nas seguintes linhas de discussão jurídica:

Notas Explicativas

1. Discussões sobre CSLL

A principal exposição tributária do Banco refere-se a processos envolvendo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que totalizam aproximadamente R\$ 42.125.

Essas demandas estão relacionadas, em geral, a:

- interpretações divergentes quanto à base de cálculo da CSLL;
- autuações fiscais decorrentes de revisões de apuração do lucro tributável;
- discussões administrativas ou judiciais sobre aplicação de normas fiscais e compensações tributárias.

2. Discussões envolvendo IRPJ

Os processos envolvendo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) representam cerca de R\$ 2.092 da exposição total.

As controvérsias estão associadas principalmente a:

- questionamentos sobre ajustes fiscais na apuração do lucro real;
- interpretações divergentes da legislação relativa a deduções, compensações ou bases de cálculo.

Considerações sobre riscos e incertezas

O cronograma de desembolso apresentado baseia-se na melhor estimativa disponível na data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias. Contudo, o tempo de tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como eventuais mudanças na jurisprudência dos tribunais superiores, podem impactar o valor final e o prazo efetivo de liquidação dessas contingências.

O Banco permanece monitorando continuamente a evolução dos processos tributários, revisando periodicamente as avaliações de risco e estimativas contábeis, de modo a refletir adequadamente os efeitos potenciais dessas demandas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País

Notas Explicativas

e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.03.2026		31.12.2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079	755	0,0079
Administradores	17	0,0002	17	0,0002
Demais Acionistas	1.444	0,0152	1.444	0,0152
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	31.03.2026				31.12.2025			
	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.450	2.199	9.521.649	0,023	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1). Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2). Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

Notas Explicativas

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

Risco de crédito:

Risco de crédito é a possibilidade de perdas associadas ao inadimplemento da contraparte, à deterioração do risco de crédito ao longo do tempo e à necessidade de reestruturação ou recuperação de exposições classificadas como problemáticas.

Na concessão de crédito para PF e PJ, o Banpará avalia, de forma integrada, informações internas e externas relacionadas à capacidade de pagamento, situação econômico-financeira, nível de endividamento, geração de caixa, histórico de crédito, qualidade da gestão, garantias, relacionamento com a instituição, setor de atuação e demais fatores relevantes de risco.

As provisões para perdas esperadas são apuradas mensalmente, com base em modelos estatísticos aderentes à regulamentação vigente, considerando os seguintes parâmetros:

- PD (Probability of Default): probabilidade de inadimplemento ao longo de um horizonte de 12 meses ou da vida remanescente da operação;
- EAD (Exposure at Default): exposição estimada no momento do default;
- LGD (Loss Given Default): percentual de perda após consideradas recuperações e garantias;
- CCF (Credit Conversion Factor): fator de conversão de limites em exposição efetiva de crédito;
- Taxa de desconto: utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa esperados.

A classificação das exposições em estágios reflete a evolução do risco de crédito ao longo do tempo:

- Estágio 1: exposições sem evidência de aumento significativo de risco;
- Estágio 2: exposições com aumento significativo de risco, incluindo operações com atraso superior a 30 dias (ou 60 dias para a carteira imobiliária);
- Estágio 3: exposições classificadas como problemáticas, com atraso superior a 90 dias ou evidência objetiva de incapacidade de cumprimento das obrigações, implicando reconhecimento de perda esperada para toda a vida do ativo, suspensão da apropriação de receitas e reconhecimento de recuperações quando aplicável.

Notas Explicativas

O Banco adota o conceito de cura, conforme regulamentação vigente, mediante a observação de período consistente de adimplência e ausência de novos eventos de deterioração do risco. Para a carteira imobiliária, os critérios de cura consideram prazos diferenciados, em função da robustez das garantias associadas.

As Resolução CMN 4.966/2021 e Resolução BCB 352/2023 consolidam a abordagem baseada em perdas esperadas, incorporando informações prospectivas e proporcionando maior sensibilidade à evolução do risco de crédito, com reflexos mais tempestivos na constituição das provisões.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

Notas Explicativas

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é avaliar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária - IRRBB.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Notas Explicativas

Abaixo, segue a tabela da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB):

Descrição	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência - PR	2.217.781	2.254.494
Nível I	1.995.337	2.040.419
Capital Principal	1.995.337	2.040.419
Capital Social	1.881.601	1.881.601
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	380.667	380.667
Contas de Resultado Credoras	1.139.376	-
Contas de Resultado Devedoras*	(1.095.090)	-
Perdas Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	(82.366)	(19.604)
Ajustes Prudenciais*	(228.851)	(202.245)
Nível II	222.444	214.075
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	13.184.176	13.534.415
Exposição ao Risco de Crédito - RWA _{CPAD}	12.038.039	11.920.763
Exposição ao Risco de Mercado - RWA _{MPAD}	21.071	43.587
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros >>Prefixadas - RWA _{JUR1}	5.744	6.988
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWA _{CAM}	15.327	36.598
Exposição ao Risco de Variação Qualidade Creditícia Contraparte - RWA _{CVA}	0	1
Exposição ao Risco Operacional - RWA _{OPAD}	1.125.066	1.570.065
IRRBB	295.769	298.710
Valor da Margem Sobre PR**	537.674	534.670
Índice de Basileia Banpará - IB	16,82%	16,66%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras, Ajustes Prudenciais (At. Intangível) e Perdas não Realizadas - De ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Hedge de Fluxo de Caixa reduzem o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação (conta 953 do DLO).

Análise de resultado de capital no período

Em 31 de março de 2026, o PR encerrou o 1º trimestre do ano com R\$ 2.217.781, apresentando uma retração de 1,63% em relação ao 4º trimestre de 2025, devido ao aumento nos saldos das contas de Perdas de Ajustes de Avaliação Patrimonial e de Ajustes Prudenciais (Ativos Intangíveis).

O montante da parcela de RWA, em 31 de março de 2026, totalizou R\$ 13.184.176, reduzindo 2,59% em relação ao 4º trimestre de 2025. A diminuição foi em decorrência da retração das parcelas de exposição ao Risco Operacional – RWAOPAD em 28,34% e de exposição ao Risco de Mercado – RWAMPAD em 51,66%.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026, o IB registrado foi de 16,82%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, apresentando um crescimento de 0,16 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2025.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 31 de março de 2026, verificou-se uma redução de alocação de capital em 0,98%. Nesse contexto, o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 537.674 mil, alocando capital suficiente para cobrir o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Notas Explicativas

Com objetivo de identificar e mensurar os instrumentos que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança.

Exposições Sujeitas ao Risco de Mercado

Fator de Risco	1T2026	1T2025
	Valor Exposto ¹	Valor Exposto ¹
PRÉ	8.403	7.239
USD	3.174	4.274
EURO	2.398	2.401
Total	13.975	13.914

¹ Valor Exposto: Ativo – Passivo.

A exposição ao risco prefixado é atribuída a posse de títulos do tesouro nacional prefixados classificados na carteira de negociação. A exposição cambial advém dos saldos das moedas estrangeiras, dólar e euro, mantidas em espécie e de parte dos empréstimos em dólar que não estão *hedged*.

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

➤ **Cenário Provável:**

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do segundo trimestre de 2026, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 31/03/2026. Nesta data, a expectativa do mercado era de redução da taxa Selic em 75 bps.
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,28 no fechamento do segundo trimestre de 2026.
- Para o euro, utilizando a correlação da cotação em reais do par USD/EUR com base no histórico de dois anos (0,5287), a cotação esperada é de R\$ 6,05.

Notas Explicativas

➤ Cenário Possível:

- Considerando o histórico taxa Selic Meta nos últimos 2 anos, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -121 bps e +280 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (+280 pontos base).
- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -9,64% e +10,16%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (-9,64%).
- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -6,87% e +10,16%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-6,87%).

Os cenários utilizados para as análises acima estão em conformidade com a Resolução CVM nº 121/2022.

Análise de sensibilidade – Exposições Sujeitas ao Risco de Mercado										
Cenários	Fatores de Risco						Total da Perda			
	Taxa de Juros		USD		EURO					
	1T2026	1T2025	1T2026	1T2025	1T2026	1T2025	1T2026	% PR	1T2025	% PR
Provável	68	56	37	58	15	31	120	0,01%	145	0,01%
Possível	-240	-345	-304	-523	-164	-174	-708	-0,03%	-1042	-0,05%

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, atribuível ao fato de que o valor exposto ao Risco de Mercado representou apenas 0,63% do total do PR do Banco.

Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações, utiliza estratégias e processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) que possam ser prontamente convertidos em caixa quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de

Notas Explicativas

estresse financeiro, moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez, possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

No encerramento do primeiro trimestre de 2026, os estoques de ativos de alta liquidez do Banpará permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas.

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

Notas Explicativas

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes, bem como, o tipo de recurso direcionado a operação para a carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014 e nº 26/2023, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a área de risco, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

Notas Explicativas

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das classificações geradas na concessão de crédito das operações com as maiores exposições ao RSAC pelas agências de relacionamento.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente à parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Notas Explicativas

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(3.470)	(242.236)	(245.706)
Ativo justo	4.639	242.236	246.875
(Déficit) / Superávit	1.169	-	1.169

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	77.295	4.068	4.145
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	77.295	4.068	4.145

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 30 de novembro de 2025, utilizada nesta Avaliação Atuarial.

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS	
	31.03.2026
Posição dos dados	Nov-25
Elegibilidade	Primeira idade
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Crescimento real de salários	3,00%
Taxa Real Anual de Juros	7,05%
Taxa de Inflação projetada*	4,18%
Taxa anual de juros	11,69%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	11,69%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 IAM, segregada por sexo

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Notas Explicativas

Considerando o valor da Duration calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 30 de dezembro de 2025, auferindo a Taxa Real de Juros em 7,21% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	31.03.2025	31.03.2026
Participantes ativos – com obrigação atuarial		
Quantidade	1.506	1.576
Idade média (anos)	46	46,72
Salário médio	13.275	14

Movimentação no valor do passivo

Descrição	31.03.2025	31.03.2026
Passivo/Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesas do período (DRE)	(140)	(143)
Outros resultados abrangentes (ORA)	(81)	(66)
Contribuição do Patrocinador (CAIXA)	(59)	(77)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	31.03.2025	31.03.2026
Valor presente no início do exercício	1.764	(3.165)
Custo do serviço corrente	139	(202)
Custo de juros	172	(192)
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(628)	170
Perdas (ganhos) atuariais	1.512	(82)
Mudança de premissas (financeiras)	(143)	275
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	(333)
Ajuste de experiência	1.655	(24)
Valor presente no período	2.959	(3.471)

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	31.03.2025	31.03.2026
Valor justo dos ativos no início do exercício	(4.106)	4.802
Benefícios pagos	628	(170)
Contribuições de participante	(104)	59
Contribuições do empregador	(113)	77
Rendimento esperado dos ativos	(434)	264
Rendimento efetivo dos ativos	-	-
Impacto de redução/liquidação	-	-
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(1.009)	(393)
Valor justo dos ativos no período	(5.138)	(4.639)

Notas Explicativas

Impacto em outros resultados abrangentes (ORA)

Descrição	31.03.2025	31.03.2026
Ganhos/(perdas) sobre ativo justo	700	(393)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	(1.357)	(82)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	623	540
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(33)	65

Impacto no resultado

Descrição	31.03.2025	31.03.2026
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(68)	(143)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(139)	(192)
Rendimento esperado dos ativos	434	264
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(295)	(72)
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(68)	(143)

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	31.03.2025	31.03.2026
Saldo do início do exercício	(422)	(386)
Ganhos (Perdas) atuariais	(45)	65
Saldo no período	(467)	(321)

Ativos do plano de benefícios

Ativo	31.03.2026
Disponível	0,05%
Realizável	0,63%
Títulos Públicos	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%
Fundos de Investimentos	99,32%
Operações com Participantes	0,00%
Imóveis	0,00%
Total dos investimentos	100,00%

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	56	-1,62%
Redução de 0,25% a.a.	(58)	1,67%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(92)	2,66%
Redução de 1 ano	83	-2,39%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	56	1,61%
Redução de 0,25% a.a.	(54)	-1,57%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	488
De 1 a 2 anos	489
De 2 a 5 anos	1.427
Superior a 5 Anos	12.410
Total	14.814

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O Plano de Saúde é custeado por contribuição média de cada beneficiário, independente da faixa-etária, que para fins de cálculo foi considerado o valor de R\$446,51 (quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos) reajustado sempre fevereiro de cada ano, com base na sinistralidade de ambas as carteiras.

Os empregados que aderirem ao Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial autorizam a realização de desconto em contracheque de percentual incidente sobre a remuneração observados os seguintes percentuais:

Notas Explicativas

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O BANPARA é responsável pelo pagamento da diferença cobrada em face das mensalidades e o desconto realizado aos participantes empregados. Os ex-empregados pagam integralmente as mensalidades cobradas pela UNIMED.

Considerando a permanência dos ex-empregados na mesma carteira, fica caracterizado o custo indireto a ser custeado pelo BANPARA e os atuais empregados, uma vez que o custo dos ex-empregados (idade elevada) é superior a mensalidade cobrada, sendo rateada entre todos.

Na data base desta Avaliação Atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

Descrição	31.03.2026
Empregados	
Quantidade	2.412
Idade média (anos)	44,67
Tempo de serviço (anos)	14,26
Ex-empregados	
Quantidade	87
Idade média (anos)	72,87
Dependentes (Ex-empregados)	
Quantidade	58
Idade média (anos)	60,34

Reconhecimento no passivo

Descrição	31.03.2026
Passivo/(Ativo) reconhecido no início do período	13.275
Despesa do período (DRE)	2.616
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	2.510
Contribuições do Patrocinador (CAIXA)	(71)
Passivo/(Ativo) reconhecido no final do período	18.330

Notas Explicativas

Premissas atuarias

HIPÓTESES E PREMISSAS	
Descrição	31.03.2026
Posição dos dados	Nov-25
Elegibilidade	70 anos (ACT)
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado – PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Taxa de rotatividade	0,125/(TS+1)
Taxa real anual de juros	7,22%
Taxa de Inflação projetada	4,18%
Taxa anual de juros	11,70%
Aging Factor	1,53%
HCCTR	6,00%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 IAM, segregada por sexo

Movimentação da obrigação atuarial

Descrição	31.03.2026
Valor da Obrigação Atuarial no início do exercício	(17.234)
Benefícios pagos	52
Custo do serviço corrente líquido	(358)
Custo de Serviço Passado	-
Custo dos juros líquidos	(1.100)
Efeito do Compartilhamento de risco	-
Contribuições do Patrocinador	-
Contribuições dos Ex-empregados	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	311
Valor da Obrigação Atuarial ao final do período	(18.329)

Reconhecimento em outros resultados abrangentes

Descrição	31.03.2026
(Ganhos)/Perdas sobre o Ativo Justo	-
(Ganhos)/Perdas sobre a Obrigação Atuarial	311
- (Ganhos)/Perdas decorrentes da Experiência	4.478
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança biométricas	(5.312)
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança financeira	1.145
Total a ser reconhecido	311

Notas Explicativas

Reconhecimento no patrimônio líquido

Descrição	31.03.2026
Custo do Serviço Corrente Líquido	(358)
- Custo do Serviço Corrente	(358)
- Contribuição do Participante	-
Custo de Juros Líquidos	(1.100)
- Custo de Juros da Obrigação	(1.100)
- Receita de Juros dos Ativos	-
- Juros sobre o Compartilhamento	-
Total a ser reconhecido	(1.458)

Análise de Sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(17.642)	-3,75%
Redução de 0,25% a.a.	(19.093)	4,17%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(17.105)	-6,68%
Redução de 1 ano	(19.678)	7,36%
Aging Factor		
Aumento de 0,25% a.a.	(21.527)	17,45%
Redução de 0,25% a.a.	15.196	-17,09%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	177
De 1 a 2 anos	278
De 2 a 5 anos	1.232
Superior a 5 Anos	682.758
Total	684.445

Reconhecimento no patrimônio líquido projetado

Descrição	31.03.2025	31.03.2026
Custo do Serviço Corrente Líquido	172	489
- Custo do Serviço Corrente	298	489
- Contribuição do Participante	(126)	-
Custo de Juros Líquidos	446	1.123
- Custo de Juros da Obrigação	771	1.123
- Receita de Juros dos Ativos	-	-
- Juros sobre o Compartilhamento	(325)	-
Custo do Serviço Passado	15.302	-
Custo do Serviço Passado Compartilhado	(5.486)	-
Total a ser reconhecido	10.434	1.612

Notas Explicativas

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
Estado do Pará	5.504.373	4.050.580
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	570.036	393.377
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	4.934.337	3.657.203
ICATU FMP		
Depósitos à vista	433	927

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Remuneração e participações dos administradores	31.03.2026	31.12.2025
Remuneração	1.002	3.693
Pessoal chave da administração	664	2.278
Outras partes relacionadas	338	1.415
Participação nos lucros e resultados	2.176	885
Pessoal chave da administração	2.176	885

O Banco não oferece benefícios pós-emprego à pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	31.03.2026	31.12.2025
Pessoal chave da administração	2.845	2.753
Outras partes relacionadas	2.185	2.236
Total	5.030	4.989

Em 31 de março de 2026 o Banco possui o valor total era de R\$ 5.030 (R\$ 4.989 em 31 de dezembro de 2025) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 31 de março de 2026, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de março de 2026 é de R\$ 259.931.

Notas Explicativas

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	31.03.2026		31.03.2025	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	99.680	79.894	66.006	54.699
Participações no lucro	(11.739)	(11.739)	(7.881)	(7.881)
Resultado antes da tributação	87.941	68.155	58.125	46.818
Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-
Resultado antes da Tributação	87.941	68.155	58.125	46.818
Adições (Exclusões)	(6.036)	12.307	142.000	144.038
Base de Cálculo	81.905	80.462	200.125	190.856
Alíquota Normal (15% e 20%)	16.381	12.069	40.025	28.628
Adicional do Imposto de Renda (10%)	-	8.040	-	19.080
IR e CSLL Devidos	16.381	20.109	40.025	47.708
Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade/Paternidade	-	(267)	-	(232)
IR e CSLL a Pagar	16.381	19.842	40.025	47.476

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% incidente sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 mensais. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional n° 103 promulgada em novembro de 2019.

a. Impostos Correntes

O Banco a partir de setembro de 2025 voltou a apurar a estimativa mensal de IRPJ e CSLL com base em balancete de suspensão ou redução em conformidade com a IN RFB n° 1.700/2017.

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei n° 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Notas Explicativas

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O tratamento tributário das perdas incorridas no recebimento de créditos era exclusivamente regulamentado pela Lei nº 9.430/96. Sob esse regime, as perdas de todas as pessoas jurídicas, incluindo as instituições financeiras, eram tratadas de forma indistinta, gerando um significativo descasamento entre o tratamento contábil, regido pela Resolução 2.682, e o tratamento tributário. Esse desalinhamento resultava em um expressivo volume de ativos fiscais diferidos, autuações frequentes e altos custos de conformidade.

Com a edição da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, posteriormente, da Resolução BCB nº 352/2023, além da Lei nº 14.467/2022, houve uma reformulação no tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, buscando maior convergência com padrões internacionais e as recomendações de Basileia III.

Essas normas introduzem um regime específico que permite a dedução progressiva das perdas incorridas, com base em critérios como inadimplência de 90 dias e os fatores de provisionamento A e B, estabelecidos pela Lei nº 14.467/2022.

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 387.407 (trezentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e sete mil reais), relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, marcação a mercado, provisão para títulos e valores mobiliários e benefício pós emprego, ativas de 2015 a 2026, sendo o total decorrente da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até março de 2026.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será realizado com base nas

Notas Explicativas

perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação até 31 de março de 2026:

Créditos tributários	31.12.2025	31.03.2026		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	217.689	34.377	(36.839)	215.227
Diferença temporária - CSLL	174.151	27.501	(29.472)	172.180
Total	391.840	61.878	(66.311)	387.407

Em 31 de março de 2026, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 387.407 (R\$ 391.840 em 31 de dezembro de 2025) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, marcação a mercado, provisão para títulos e valores mobiliários e benefício pós emprego, sendo que R\$ 66.311 foram realizados ao longo do período.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem pelo CMN.

Notas Explicativas

Créditos tributários	31.12.2025	31.03.2026		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária-PCLD	347.356	50.677	(64.291)	333.742
Diferença Temporária-Trabalhista	9.040	436	(737)	8.739
Diferença Temporária s/Prov. Outros Créditos	3.530	6.451	-	9.981
Diferença Temporária s/Prov. Licença Prêmio	11.627	774	(1.005)	11.396
Diferença Temporária s/ Prov. Cíveis	14.493	676	-	15.169
Diferença Temporária s/Marcação a Mercado	-	92	(8)	84
Diferença Temporária s/Benef. Pos Emprego	5.639	2.610	-	8.249
Diferença Temporária s/Aplic. Liquidz e TVM	155	162	(270)	47
Total	391.840	61.878	(66.311)	387.407

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, provisão para títulos e valores mobiliários e benefício pós emprego.

Projeção de realização Crédito Tributário de I.R	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total
	(36.584)	(32.283)	(30.132)	(25.830)	(23.679)	(66.718)	(215.226)
Crédito Tributário de C. Social	(29.267)	(25.827)	(24.106)	(20.664)	(18.943)	(53.374)	(172.181)
Total dos créditos	(65.851)	(58.110)	(54.238)	(46.494)	(42.622)	(120.092)	(387.407)
Taxa média de captação a.a. (%)	10,16	24,65	41,58	60,74	82,42	242,61	-
Valor presente do crédito tributário	(59.778)	(46.619)	(38.309)	(28.925)	(23.365)	(48.559)	(245.555)
Projeção de realização	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total

a. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de março de 2026 totalizavam R\$ 2.807 (R\$ 4.342 em 31 de dezembro de 2025). Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31/12/2025		31/03/2026				
	Saldo	Ativo Fiscal Diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	7.848	3.532	(3.423)	12	-	4.437	1.997
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	9.648	4.342	(3.423)	12		6.237	2.807

b. Passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2026 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 10.601 relativos a ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de atualização de depósitos tributários federais.

Notas Explicativas

CONTAS	31/12/2025	31/03/2026		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Atualiz. Dep. Tributários Federais	10.212	483	(94)	10.601
Total	10.212	483	(94)	10.601

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Recuperação de encargos e despesas	181	116
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	2.058	8.111
Reversão de provisões passivas	4.091	1.840
Atualização de valores ativos	5	5
Atualização de depósitos judiciais	2.229	2.135
Variação cambial e diferença de taxas	3.003	6.430
Créditos oriundos de decisões transitadas em julgado	-	363
Outros	143	2.489
Total	11.710	21.489

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

Outras despesas operacionais	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Serviços associados a transações de pagamento	(898)	(856)
Desc. concedidos em renegociações	(1.421)	(313)
Variação cambial e diferença de taxas	(10)	(120)
Estorno de rendas	(791)	(9)
Provisões passivas	(1.515)	(5.651)
Ações cíveis	(2.020)	(860)
Outras ações	(2.311)	(1.409)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(2.134)	(4.409)
Licença Prêmio	(1.545)	-
Outros	(662)	(372)
Total	(13.307)	(13.999)

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Insubsistências passivas	2	11
Superveniências ativas	-	26
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	1	29
Outras receitas	71	17
Insubsistências ativas	(1)	(11)
Superveniências passivas	(1)	-
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(774)	(113)
Erro Sístico	(866)	(20)
Outras despesas	(23)	(31)
Total	(1.591)	(92)

Notas Explicativas

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Rendas por serviços de pagamento	4.255	3.950
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.081	991
Rendas de cobrança	167	129
Rendas de pacotes de serviços	32.804	28.206
Rendas de serviços diferenciados	543	461
Rendas de serviços especiais	478	537
Rendas de convênios	856	669
Rendas de comissão de seguros e outros	8.852	6.184
Rendas de outros serviços	1.671	889
Total	50.707	42.016

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Fornecimento de 2ª via de cartão	3	1
Saque de conta depósito à vista e poupança	641	800
Transferência por meio de DOC/TED	380	426
Concessão de adiantamento e depositante	165	140
Anuidade cartão de crédito	4.543	4.191
Pacote de serviço	3.137	2.590
Fornecimento de folha de cheque	33	39
Operações de crédito	10	13
Manutenção de conta ativa	252	201
Convênios	2.304	2.906
Outras rendas	122	118
Total	11.590	11.425

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Honorários	(1.002)	(900)
Encargos sociais	(48.823)	(44.740)
Benefícios	(34.620)	(34.748)
Proventos	(134.221)	(125.764)
Remuneração de estagiários	(944)	(633)
Treinamento	(471)	(1.284)
Total	(220.081)	(208.069)

Notas Explicativas

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Água e energia	(3.677)	(3.683)
Aluguéis	(11.509)	(11.118)
Comunicações	(9.092)	(8.253)
Contribuições filantrópicas	(283)	(213)
Manutenção e conservação de bens	(11.329)	(10.864)
Material	(349)	(366)
Processamento de dados	(44.707)	(38.041)
Promoções e relações públicas	(4.979)	(4.188)
Propaganda e publicidade	(11.534)	(7.924)
Publicação	(45)	(1.369)
Seguro	(129)	(149)
Serviços do sistema financeiro	(7.479)	(8.347)
Serviços de terceiros	(2.177)	(2.448)
Serviços de vigilância	(23.260)	(21.798)
Serviços técnicos especializados	(4.181)	(2.698)
Transportes	(7.201)	(10.306)
Viagens	(81)	(250)
Outras despesas administrativas	(2.532)	(2.233)
Amortização	(13.753)	(12.729)
Depreciação	(3.662)	(2.283)
Total	(161.959)	(149.260)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	01.01 até 31.03.2026	01.01 até 31.03.2025
Outras despesas tributárias	(1.418)	(1.332)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(3.106)	(2.665)
Contribuição ao COFINS	(26.510)	(23.417)
Contribuição ao PIS/PASEP	(4.308)	(3.805)
Total	(35.342)	(31.218)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 14,80%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 3,84%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 31.03.2026	Cenário provável (14,80%%)	Cenário possível - estresse 25% (18,50%)	Cenário remoto - estresse 50% (22,20%)
Títulos e valores mobiliários	1.362.010	(201.542)	(251.928)	(302.313)
Operação - IPCA	Base 31.03.2026	Cenário provável (3,84%)	Cenário possível - estresse 25% (4,80%)	Cenário remoto - estresse 50% (5,76%)
Provisão para contingências	57.568	(2.211)	(2.763)	(3.316)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 27/03/2026.

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 31 de março de 2026, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e Compliance

Com o propósito de fortalecer a estrutura de Controles Internos e Compliance, o Banco implementou diversas iniciativas nos primeiros trimestres de 2026 voltadas ao aprimoramento de processos e à melhoria da governança corporativa. Dentre as principais medidas, destacam-se:

- Estruturação de melhorias no processo de acompanhamento da avaliação de riscos de conformidade, com foco no fortalecimento da visão gerencial sobre temas regulatórios relevantes;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos de reporte da Função Conformidade, visando conferir maior clareza, rastreabilidade e organização das informações submetidas às instâncias de governança;
- Reforço dos mecanismos de monitoramento de planos de ação relacionados a apontamentos, recomendações e obrigações regulatórias;
- Aprimoramento dos fluxos de interlocução com órgãos reguladores, supervisores e autorreguladores, buscando maior padronização no tratamento, consolidação e encaminhamento das demandas externas;

Notas Explicativas

- Desenvolvimento de novas estratégias voltadas à cultura de Compliance, com foco na disseminação de orientações institucionais e no reforço do papel das áreas na gestão da conformidade;
- Efetividade na apuração dos processos administrativos, com atuação tempestiva, isonômica e técnica de desvios disciplinares e contratuais;
- Implementações sistêmicas com foco nos procedimentos de Conheça seu Cliente (KYC),
- Fortalecimento do monitoramento dos planos de ação com priorização por criticidade e reporte mensal às Diretorias;
- Execução da Avaliação de Efetividade dos procedimentos de PLD/FT, no âmbito das áreas de Compliance e Controles Internos, considerando a aderência normativa e a efetividade dos controles implementados;
- Condução da análise do risco residual dos processos, apurada a partir da avaliação do risco inerente e da efetividade dos controles mitigadores;
- Por fim, implantação do novo Canal de Denúncias, modernizando o acesso e transparência no acompanhamento das manifestações.

As iniciativas implementadas ao longo do período demonstram o compromisso contínuo da instituição com a integridade corporativa, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos e a conformidade regulatória. Dessa forma, o Banco segue fortalecendo sua cultura de compliance, assegurando maior transparência e confiabilidade em suas operações e consolidando sua posição no mercado com responsabilidade e integridade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais
Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas. A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 14 de maio de 2026.
Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

003/2026

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, declara ter examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 1º trimestre findo em 31 de março de 2026. E, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do período, e considerando, ainda, o Relatório emitido pela Forvis Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, e a Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos foram elaborados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente e refletem a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Belém (PA), 12 de maio de 2026.

Adler Gerciley Almeida da Silveira
PresidenteJosé Pinto Marinho
Membro EfetivoRené de Oliveira e Sousa Júnior
Membro Efetivo

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

002/2026

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. (Coaud) declara que revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 1º trimestre findo em 31 de março de 2026, incluindo-se as notas explicativas, e o Relatório emitido pela Forvis Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas. Com base nos trabalhos desenvolvidos e avaliações realizadas no período, considerando o escopo de sua atuação, o Coaud entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período mencionado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário concluiu que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 1º trimestre findo em 31 de março de 2026 do Banpará são adequadas, emitindo opinião favorável à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Belém (PA), 12 de maio de 2026.

Sergio Roberto Ribeiro Maciel
Coordenador

Maria Luiza Silva Nascimento
Membro

Rosiomar Santos Pessoa
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2026 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 07 de maio de 2026.

Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores

Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas do período findo em 31 de março de 2026 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 07 de maio de 2026.

Diretoria Colegiada